

MUNICÍPIO DE LAGOA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 04/2023-----

-----3ª Sessão Ordinária de 2023-----

-----21 de junho de 2023-----

----- Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária. -----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais: -----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
Cristina Maria de Carvalho Mosteias	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Vitor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
João Pedro da Silva Nunes Oliveira	Movimento Lagoa Primeiro
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária

Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estômbar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Francisco José Malveiro Martins	Vereador sem pelouro (MLP)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou as boas-vindas à sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 21/06/2023, a decorrer no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa. Saudou o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Jornalistas, cidadãos presentes na sessão, cidadãos que assistem à transmissão em direto da sessão através do YouTube e do Facebook do município de Lagoa, bem como da plataforma da Lagoa TV. Saudou e agradeceu aos técnicos e demais colaboradores do município que assistem tecnicamente e dão apoio na sessão, assegurando as necessárias condições técnicas, operacionais e de funcionamento, bem como a realização da transmissão em direto da sessão. Como era do conhecimento público, entre os dias 13 e 14 de maio, o município de Lagoa foi objeto de um ataque cibernético que afetou todo o sistema informático, impossibilitando qualquer atividade que exigisse uma interligação do sistema informático à Internet. Apesar do enorme esforço dos técnicos informáticos, que foram incansáveis, trabalhando com afincos dia e noite, revelando espírito de sacrifício e de elevado sentido de serviço público, atitude que merece o nosso reconhecimento e público louvor, o sistema ainda não se encontra completamente reposto e em pleno funcionamento. O auditório Carlos do Carmo, onde se realizou a sessão, ainda não dispõe de Wi-Fi pelo que, para colmatar essa insuficiência e para todos os intervenientes terem acesso à respetiva documentação, foram disponibilizados dois hotspots, cujo acesso seria efetuado através das redes móveis e das palavras passe constante do e-mail, naquele dia enviado pelos serviços da Assembleia Municipal

às senhoras e senhores Deputados Municipais, bem como aos demais intervenientes. Fez-se as habituais advertências, agradecendo-se que desligassem os telemóveis ou colocassem-nos em modo silêncio, por forma a não interferir no normal funcionamento da sessão, nem na sua transmissão em direto, bem como na sua gravação. A sessão era gravada em suporte, vídeo e áudio, destinando-se a gravação à feitura da ata da sessão. A sessão era transmitida em direto, como referido inicialmente, através do canal do YouTube e da página oficial do município de Lagoa no Facebook, bem como no site da Lagoa TV. Os cidadãos participantes na sessão, que não tenham feito a sua inscrição através do formulário online, disponibilizado no sítio do município, deverão no início da sua locução, autorizar a Assembleia Municipal a transmitir em direto e a gravar a sua intervenção em suporte, áudio e vídeo, bem como a utilizar os respetivos registos de som e/ou imagem para efeitos de transmissão em streaming e ulterior divulgação em plataformas eletrónicas ou quaisquer outros suportes comunicação do município de Lagoa. Por fim, não era permitido o registo de som e/ou imagem sem autorização prévia da Mesa da Assembleia Municipal, exceto para os Órgãos de Comunicação Social. Feitos aqueles considerandos e informações, declarou aberta a sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa, de 21 de junho de 2023. -----

#### I – Período de Intervenção dos Cidadãos-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que, nos termos do artigo 36.º, n. 1 do Regimento, encontrava-se inscrito para intervir apenas o cidadão Bruno Inácio Silva, a quem concedeu, desde logo, o uso da palavra para fazer a sua intervenção, naturalmente, sempre com a advertência de autorizar, os serviços a utilizar as imagens e a gravação da sua intervenção.-----

-----No uso da palavra, o cidadão **Bruno Inácio Silva** realizou a seguinte intervenção: «Muito boa noite. Autorizo a gravação da minha pessoa e em áudio também. Trago aqui duas questões e em ambas as questões, trago aqui um bocado introdução para depois percebermos todo o contexto das perguntas. Senhor Presidente, na última Assembleia Municipal, fiz-lhe duas questões, a primeira que tinha a ver com o motivo do corte de água nos balneários das praias e a segunda sobre a estrada que liga Ferragudo ao sítio do Cotovio. E a ambas as perguntas, obtive duas respostas que não batiam certo uma com a outra, e hoje faço-lhe a pergunta: como é que é possível a Câmara continuar a autorizar, se existe falta de água, como o senhor Presidente diz, a construção de campos de golfe que têm que ser regados, a construção de piscinas que têm que ser cheias com água? A pergunta é essa, como é que, se existe falta para uma coisa, como é que não existe falta para outra. Na segunda questão, irei falar do Carvoeiro e irei falar de Carvoeiro porque muito se tem falado nesta vila, nos últimos dois anos, nem tudo está mal, nem tudo está bem. Desde já, deixar os parabéns pelo Black and White, muito bem organizado, muita gente, sim senhora, estão de parabéns. Para o ano que seja melhor, em vez de 30 000 tenhamos 40 000, é o que eu desejo. Segurança, higiene, tudo, estão de parabéns, aí tiro o chapéu. Agora, as coisas estão mal, aquilo também não é um mar de rosas. E isto em vários pontos, eu nem sei por onde começar. Eu olho para Carvoeiro e logo à entrada está um barco aos pedaços e aos poucos vai-se deteriorando e parece que Carvoeiro está igual, aos poucos vai-se deteriorando. Sei que o senhor Presidente da Junta não gosta muito que eu fale de Carvoeiro, mas eu fui lá criado, tenho 45 anos, desde os 5 anos estou em Carvoeiro por isso há 40 anos, estou à vontade para falar de Carvoeiro. O parque infantil deixou de existir. Para quando um novo parque infantil, visto que é uma zona turística, nos mapas consta lá o parque infantil, lá em cima, as pessoas vão lá para cima e depois chegam cá em baixo e perguntam onde é que é o parque infantil. Temos o parque infantil, temos a recolha de resíduos, devia ser mais regular. Está a começar a época do

verão e já se encontra, passam lá, mas depois esquecem-se que os bares abrem um bocadinho mais tarde, vão lá pôr o vasilhame, ou seja, tem que haver, tem que ser mais regular a recolha dos resíduos. Existe também um abaixo-assinado, acho que o senhor Presidente já tem conhecimento, tem perto de mil assinaturas, ou seja, não é uma nem duas, são perto de 1000 assinaturas sobre os negócios paralelos que acontecem em Carvoeiro. Eu estou à vontade para falar porque eu não sei se é droga ou se não é droga, isso também pouco me interessa, o que me interessa é a imagem que fica, a imagem que passa da Vila de Carvoeiro, que era assim. Há 40 anos estou lá, e isto começou há cinco ou seis é que isto começou a acontecer, diariamente, acontece e isto é uma imagem negativa para o nosso concelho, para aquela vila turística, que aquela vila é o ponto principal económico turístico do concelho. Não podemos esquecer aqui, aquilo dá muitos postos de trabalho, restauração, hotelaria, muita gente, muita gente e aquilo, quem passa lá diariamente e esteja atento, eu posso dizer que já vi até no meio do largo, o Ricardo a tocar e eles ali no meio do largo como se nada se passasse. A GNR não tem meios como fazer, a gente sabe disso, mas se calhar o município pode fazer pressão de outra maneira. Já falei com o Vereador Mário, dei uma sugestão, se calhar temos que ir bocadinho mais profundo sobre aquele tema. A limpeza dos terraços e dos quintais que está a ser feita atualmente, em Carvoeiro, o escoamento de água é quase todo para as ruas. A Câmara, por mais que tente arranjar a calçada, o cimento que colocam para a calçada ficar, com a humidade e com os trajetos e com aquilo tudo, apodrece e não faz nada. Já falei também com o senhor Presidente da Junta, dou-lhe um caso na rampa da Nossa Sr.<sup>a</sup> da Encarnação, estavam lá umas quantas grelhas, as grelhas na última intervenção da Câmara foram retiradas e então foi colocada a calçada e a calçadas duas ou três vezes, pronto tem que haver reparação da calçada porque a calçada não chega a assentar, o cimento não chega a secar. -----


-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, avisou que a intervenção tinha finalizado, havia terminado o tempo, pelo que teria que concluir. -----

-----Retomou a palavra, o cidadão **Bruno Inácio Silva** dizendo: «Em relação às algas, senhor Presidente, eu vou dizer uma coisa que, acompanhei e tenho acompanhado o que tem acontecido. A experiência que fizeram o ano passado em Vale Santeanes correu mal e quando as coisas não correm bem, nós temos que admitir. Correu mal. Se a experiência foi fazer em Carvoeiro, a gente já sabia que correu mal, porque a nortada é o vento que puxa para fora, não são as marés, nem as correntes das marés. E hoje ficou provado, num dia ou em dois dias, conseguia-se fazer limpeza da praia, como foi feita hoje. Um ou dois dias conseguia-se fazer limpeza da praia. O jogar o limo para baixo não era solução. Se aquilo foi uma solução imediata, se calhar era melhor ter posto aquilo a um canto e retirava-se. Esta é a minha opinião. E acho que é assim que tem que ser feito. Jogar aquilo para dentro de água, atualmente, a areia está podre. Eu só tinha a pergunta, que gostava de saber o que é que o senhor Presidente da Câmara espera fazer em Carvoeiro para melhorar isto tudo que tem vindo a acontecer. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, disse que tinha de gerir melhor o seu tempo, pois já ultrapassou num minuto o tempo atribuído e, em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** cumprimentou os presentes. Desde logo, cumprimentou e felicitou o cidadão Bruno pela iniciativa de ali estar, isso é que era a democracia e ficava muito contente que ali fosse para expor aquelas questões todas que é também uma oportunidade que é dada ao Executivo para

explicar algumas matérias que são importantes para o concelho. Iria procurar esclarecer de forma sintética todas as perguntas e, começando pela questão da água, disse que, atualmente, ainda não têm todos os balneários do concelho com água cortada, mas vão ter que o fazer muito em breve. Essa era uma das medidas que o município de Lagoa vai ter que replicar, à semelhança de todas as outras. A questão da água é um problema que continua presente na ordem do dia, não em Lagoa, mas no Algarve, continuam com uma situação muito complicada e muito grave. A boa notícia é que já sabem onde é que vai ficar a dessalinizadora, que não é a única solução, mas sim uma das muitas soluções que têm que ser tomadas. Têm que, obviamente, ter preocupações com a poupança da água e cabe a cada um e a todos, mas obviamente, como tem tido a oportunidade de referir em reuniões da AMAL, em reuniões da CCDR e fazer sentir aos responsáveis pela decisão, nomeadamente ao Ministério do Ambiente, o problema da falta de água no Algarve não se resolve só com a poupança de água, tem que ser resolvida na origem. E a origem, de acordo com o plano de eficiência hídrica da região, tem três medidas principais. Primeiro, a captação de água no Pomarão, aumentando a água disponível na rede de distribuição no Algarve, a dessalinizadora e o reaproveitamento das águas residuais. É muito crítico relativamente à forma como o processo tem andado, porque já passaram quase dois anos e a verdade é que vão pedindo todos os dias que se poupe água e o município também tem que replicar, mas pouco é feito relativamente àquilo que, para si e para a sua equipa, tem que ser a solução para o problema ou a tentativa da solução que é aumentarem a capacidade de captação, ou seja, captar mais água na origem. Relativamente aos campos de golfe, e ainda dentro da mesma temática, eles são responsáveis, de acordo com os dados da Universidade do Algarve, da própria APA e do próprio Ministério do Ambiente, por cerca de 6% do total da água que o Algarve consome. No caso de Lagoa, temos três campos de golfe, dois com dezoito buracos e um com nove buracos e está previsto desde 2013, quando aprovaram a alteração ao plano de urbanização de Lagoa, a construção de um outro campo, o quarto campo de golfe e depois disso, o município de Lagoa, noutros projetos que já estavam previstos e aprovados para o concelho, foi capaz de dissuadir os promotores de construir mais campos de golfe, digamos, não sabia se tinha propriedade para dizer isso em plenitude, que o campo de golfe, que foi aprovado em 2013, será o último campo de golfe no concelho. Mas o concelho de Lagoa tem essa particularidade, os promotores dos campos de golfe no concelho estão preparados e têm à porta da ETAR da Boavista um sistema de reaproveitamento das águas residuais. No fundo, é aquilo que faz sentido e que se promove e não é por culpa dos promotores, nem é culpa dos campos de golfe do concelho que não se faz esse reaproveitamento. A bola está, claramente, do lado das Águas do Algarve. E ainda recentemente foram surpreendidos com a informação e, por isso, era uma das estradas que estava prevista ser pavimentada e não o foi, porque as Águas do Algarve pediram mais um ano e meio para fazer uma ligação de 5m para permitir que o promotor e o proprietário de três dos campos de golfe possam fazer a rega dos seus campos de golfe, reaproveitando as águas residuais. Enquanto isso não for feito, todos os dias as águas que são tratadas na ETAR da Boavista são enviadas para o canal de escoamento, que passa no centro da cidade, junto à Fatacil, que vão pela Ribeira de Alcantarilha e são levados para o mar. Todos os dias se perdem milhares de metros cúbicos de água que podiam ser reaproveitados, em primeira instância para regar os campos de golfe. Não é por falta de pressão da Câmara, nem sequer é por inatividade dos promotores privados. O barco aos pedaços à entrada de Carvoeiro, curiosamente, naquele dia esteve em Carvoeiro, e o Bruno certamente o viu, esteve no dia anterior à tarde e naquele dia de manhã outra vez e estiveram a falar com o senhor Presidente da Junta, já adquiriu uma nova embarcação para substituir aquela que se degradou com o tempo, era natural e, muito em breve, aquela preocupação do Bruno seria tratada. O parque infantil era um dos pontos da Ordem de Trabalhos, mais à frente, iriam aprovar o plurianual, um projeto que



já está no plano plurianual de investimentos que a Assembleia aprovou em outubro do ano passado. E trata-se da substituição, da realocização do parque infantil, porque está numa zona que oferece algum risco, como é óbvio e é uma particularidade do concelho, o mesmo fator que lhe dá a beleza, é o que lhe dá o risco, que é o fator cársico e, portanto, entenderam retirar o parque infantil de onde ele estava, já o foi, já estava totalmente desmantelado e, na véspera, foi lá precisamente para perceber porque é que havia esse burburinho, porque era verdade, falta lá uma informação, mea culpa, falta lá uma informação a dizer que aquele parque infantil foi desmobilizado, desmantelado e que o novo parque infantil, para maior segurança das famílias e das crianças, vai ser construído num outro espaço, não muito longe, mas num outro espaço que o município entendeu. Têm um projeto para aquele espaço, mas não vão avançar com ele, enquanto não fizerem o necessário estudo geológico com a APA para perceberem o que é que está em causa. A recolha de resíduos é uma questão muito pertinente e é uma questão com a qual o município todos dias se debate. Tem a particularidade de ser amigo pessoal do responsável, pelo menos aquilo que o representante dos Municípios na administração da Algar, que tem a responsabilidade de recolher os resíduos. E quis deixar muito claro ao Bruno e à Assembleia, e a todos os lagoenses que os ouviam lá em casa, o município de Lagoa, de abril a outubro recolhe os resíduos que são da sua responsabilidade, diariamente. Aliás, recebe muitas reclamações de pessoas e percebia, as pessoas não conhecem por desconhecimento, reclamam para a Câmara e mandam fotografias que são elucidativas, as ilhas ecológicas que são responsabilidade da Câmara, estão limpinhas, um brinquinho. As ilhas ecológicas que são responsabilidade da Algar, estão cheias de resíduos. E quais são as que são responsabilidade da Algar? O vidro, o papel- cartão e os plásticos. O município não só não pode recolhê-las por uma questão legal, porque há um contrato firmado entre o Estado português e a Algar. Não só não pode por questões legais como não consegue, porque as viaturas da autarquia não têm um sistema que permita retirar o lixo, aqueles que são considerados reciclados. O que é que fazem? Já assistiu, em reuniões em que estão presentes todos os municípios do Algarve, pois aquela é uma questão transversal a toda a região do Algarve, com maior incidência, obviamente, naqueles com maior pressão turística, como é o caso de Lagoa e, sobretudo, quando chega o verão, é o caos, sabiam disso, mas há outros piores, mas o benchmarking que faz dizer com os bons exemplos e não com os piores e, portanto, aquilo que fazem é pressionar. Já pressionaram, inclusive, o Ministro do Ambiente, porque é preciso tomar uma decisão. Os municípios do Algarve estão disponíveis para resgatar a Algar, porque quando a Algar era da responsabilidade e era dos municípios, nunca tiveram aquele tipo de problemas, que começaram a acontecer quanto a Algar foi privatizada. Os municípios são acionistas, mas não têm a maioria. Não decidem nem têm o poder de tomar decisões que possam alterar aquele tipo de questões que estavam a levantar. Estão, inclusive, a trabalhar para que seja possível alterar a lei no sentido de que possam também começar a recolher esses resíduos. E, seguramente, seriam capazes com a força que têm colocado no terreno de resolver o problema, em vez da Algar. Por último, sobre o abaixo-assinado disse que ficou felicíssimo com o mesmo, porque só veio reforçar aquilo que é o trabalho que a Câmara tem vindo a fazer há bastante tempo. Agradeceu a todos os carvoeirenses, a todos os lagoenses, de uma forma geral, que dão força à Câmara nas reivindicações que fazem para aumentar a segurança do território, seja em Carvoeiro, seja noutra parte qualquer do território. É uma matéria que acompanham há bastante tempo, têm feito inúmeras reuniões com os responsáveis locais, com os responsáveis do território, que inclui Silves e Lagoa, com os responsáveis distritais. Estão a aguardar a marcação de uma reunião com o Comando Nacional da GNR e têm uma audiência pedida ao senhor Ministro da Administração Interna. Têm soluções e têm propostas para fazer para aumentar a segurança em Carvoeiro e no resto do concelho. Se a GNR não tem meios, então que se lhes dê a possibilidade de poderem

fazer, em articulação com a GNR, obviamente, e com o Ministério da Administração Interna, de poderem reforçar a segurança no concelho. As preocupações e acompanham isso com muita particularidade, são exatamente as mesmas e ficava muito feliz que os possam ajudar, reivindicando, porque quando o povo reclama, quando o povo reivindica, tem outro peso que não tem só quando se está do lado da autarquia. E, por último sobre a questão das algas, disse que não fizeram nenhum tipo de experiência e não se pode comparar o caso do Vale Santeanes com o caso de Carvoeiro. Das 30 praias que Lagoa tem, metade são balneares, outra metade não é. Portanto, têm cerca de 15 praias balneares e outras tantas que só têm acesso, por exemplo, por mar. O problema das algas é um problema que se evidenciou no concelho, em setembro de 2022, e também em toda a região do Algarve. Logo a partir dessa altura, porque perceberam que isso era uma matéria que iria afetar grandemente o território, por perceberem o que é que implica terem algas na praia, que continua a ser a maior oferta, o sol e mar, portanto, as praias, embora Lagoa tenha diversificado e tenha outro tipo de oferta também, mas perceberam, claramente, o impacto que isso iria ter e foram dos primeiros, juntamente com a equipa interna da autarquia e com o consultor para os assuntos do mar e do litoral, a elaborar um relatório, a estudar a alga que tem nome de personagem dos livros de Asterix, perceber de onde é que ela vinha, se só tinha chegado ali qual era o historial que tinha, elaboraram um relatório completo e entregaram nas entidades competentes, CCDR, Algar e senhor Secretário de Estado das Florestas, em representação do senhor Ministro. Já teve oportunidade de falar pessoalmente com o senhor Ministro, foram dos primeiros, aliás, quando se fala na alga, dizem logo, olhe, é a alga do Luís mas, de facto, foram os primeiros a alertar e um conhecido algarvio que dizia que nunca se enganava e raramente tinha dúvidas, pois era daqueles que gosta, nessas coisas de não ter razão preferia não ter razão, é um otimista por natureza, é conhecida a sua filiação clubista e, portanto, sabem que é um otimista, porque se não fosse, já tinha desistido, já tinha mudado de filiação clubística. Não gosta nada de ter razão, mas naquela matéria em concreto, teve de vir dizer que tinha razão. E a verdade é que, em junho de 2023, voltaram a ter o problema e que não vai ficar por ali, infelizmente, porque pelos estudos que têm, pela informação que conhecem, muito provavelmente vai-se repetir e, com muita pena sua, vai-se repetir várias vezes ao longo do ano. Disse ainda que no ano anterior, o que fizeram em Vale Centeanes foi uma tentativa torpe de recolher os resíduos e tiveram que dizer, "Olhem, parem com isso", porque era humanamente inaceitável recolher aquele limo todo com um balde porque a praia de Vale Centeanes é uma praia que não permite que se faça outro tipo de recolha que não seja manual com um balde, era impossível lá chegar com uma máquina sem partir aquilo tudo. E à semelhança da praia de Vale Centeanes, estão todas as outras praias ou a maioria delas do concelho de Lagoa. Portanto, a primeira conclusão que têm que tirar, é que na costa da Lagoa só têm a possibilidade de intervencionar numa única praia, a praia de Carvoeiro. Também disse que, felizmente, tiveram essa sorte, é que também é a praia com uma natureza diferente, tem a natureza de ser uma "praia urbana", é aquela que está mais perto de um centro urbano e, portanto, tem outro tipo de problemas, como o cheiro que se acumula se deixarem secar, portanto, implica a necessidade de terem que recolher, porque nas outras nunca vão ser capazes de recolher, a natureza encarrega-se de o fazer mas, de facto, em Carvoeiro, isso não é possível. Mas para recolher, o município de Lagoa, que não tem meios próprios para fazer, necessita de fazer um processo, uma contratação no âmbito do Código da Contratação Pública e, de facto, foi aquilo que fizeram. Quando tiveram conhecimento de que tinham mais um arrojamento de algas, e que foi um domingo, no dia a seguir, iniciaram o procedimento que terminou no início da presente semana. E, naquele mesmo dia, começaram a recolher as algas, da mesma forma como fizeram em setembro de 2022. Agora o que fizeram, em articulação e devidamente aprovado pela APA foi procurar que as mesmas, enquanto não tinham o procedimento, não

ficassem a secar na areia para não provocar o mau cheiro, nem provocar a chegada dos insetos que é, de facto, bastante incomodativo. Portanto, em articulação com a APA, aquilo que fizeram foi acelerar o processo da natureza, porque nas outras praias todas, e esteve noutras praias do concelho que estão limpas, foi a natureza que atuou. Em Carvoeiro, pelas características geomorfológicas da praia não era possível e aquilo que fizeram foi tentar acelerar. Não era possível. Portanto, a partir de agora e sempre que tiverem meios para tal, logísticos e financeiros, vão procurar fazê-lo daquela forma, recolher, deixar em depósito temporário e depois tentar encontrar um destino final para as mesmas. Terminou dizendo que a intervenção, a primeira intervenção que fizeram na praia, aquela de devolver à natureza, custou ao município 1 700 EUR mais IVA e a atual que estão agora a fazer, a estimativa é que fique em 50 000 EUR. E deixava aqueles números para que se percebesse que, se tal se repetir sete, oito, nove vezes, quanto é que poderá custar ao erário público, ao município de Lagoa, fazer aquele tipo de intervenção na praia de Carvoeiro. Ficava para a reflexão de todos. -----

## II – Período de Antes da Ordem do Dia: -----

- Leitura do expediente; -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que a listagem do expediente que deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal, no período compreendido entre a sessão ordinária de 26 de abril e o dia 21 de junho, foi remetida naquele próprio dia, ao início da tarde, aos senhores Deputados Municipais via e-mail e publicada na área reservada da Assembleia Municipal no sítio do município. Assim, presumiu-se a dispensa da sua leitura. Não tendo havido oposição, considerou-se a proposta de dispensa de leitura do expediente aprovada. -----

- Pedido de suspensão de mandato nos termos do disposto no art.º 4.º, n.º 2 do Regimento, apresentado pela Sra. Deputada Rute Alexandra Barroso Sobreira; -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou ter dado entrada nos serviços da Assembleia Municipal, no dia 20 de junho, um pedido de suspensão do mandato da senhora Deputada Municipal Rute Alexandre Barroso Sobreira, por um período máximo de três meses, com início no dia 21 de junho e término no dia 21/09/2023. Trata-se do terceiro pedido de suspensão do mandato da senhora Deputada Municipal, com fundamento em razões de natureza profissional, tendo os dois primeiros a duração de seis e três meses, respetivamente. Portanto, lembrou-se que, nos termos do artigo 4.º, n.º 4 do Regimento, a suspensão por uma só vez ou cumulativamente que ultrapasse os 65 dias no decurso do mandato, constitui de pleno direito renúncia ao mesmo, salvo se, no primeiro dia útil do mês seguinte ao termo daquele prazo, o interessado manifestar por escrito a vontade de retomar funções. Portanto, sendo aquilo que determina o regimento em vigor e, sobre aquele pedido já se procedeu ao respetivo despacho. -----

- Substituição de Deputados e Vereadores Municipais; -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa deu nota dos pedidos de substituição, deram entrada na mesa da Assembleia Municipal os seguintes pedidos de substituição: do senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo, que foi substituído pelo senhor Deputado João Patrício Amaro Rocha, que também pediu a substituição sendo substituído pela senhora Deputada Municipal Tânia Isabel Ramos Limão, que pediu a sua substituição, sendo substituída pelo Deputado Municipal Rui Manuel Rosa Lopes Correia, que foi substituído pela senhora Deputada Municipal Cristina Maria Carvalho



Mosteias, a quem saudou por ser a sua primeira intervenção nos trabalhos do presente mandato. Na sequência do pedido de suspensão do mandato da senhora Deputado Municipal Rute Alexandra Barroso Sobreira, foi substituída pelo senhor Deputado Municipal João Pedro Silva Nunes Oliveira, que exercerá esse mandato até o termo da suspensão da senhora Deputada Municipal Rute Sobreira. -----

• **Aprovação da Ata n.º 1 da 1.ª Sessão Ordinária de 15 de fevereiro 2023 e da Ata n.º 2 de 01 de março de 2023;** -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou se algum dos senhores Deputados queria pronunciar-se, lembrando que apenas poderiam votar os Deputados Municipais que intervieram na sessão, nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Assim, procedeu-se à votação e a Ata nº1 da 1.ª Sessão Ordinária de 15 de fevereiro 2023 foi aprovada por unanimidade. Seguidamente, e sem que tenha sido alvo de qualquer reparo, a Ata n.º 2 da 1.ª Sessão Extraordinária de 01 de março de 2023 foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. -----

• **Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações bem como apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município.** -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou ter dado entrada nos serviços da Assembleia Municipal, dentro do prazo regimentalmente previsto, dois votos de louvor, ambos apresentados pelo Grupo Municipal do Chega, um ao Clube de Futebol Sporting Clube Farense e outro à Equipa de Badminton da ACD Che Lagoense, que foram admitidos pela Mesa à discussão e votação, ao abrigo do disposto no artigo 37.º n.º 2, alínea c) do Regimento. Deram também entrada nos serviços quatro moções, três apresentadas pelo Grupo Municipal do Chega intituladas “Programa de Inovação Social – Forças de Segurança”, “Implementação de Literacia Financeira nas Atividades Extra Curriculares Escolares” e “Construção de um Cemitério para Animais de Companhia”, e uma outra apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda intitulada “Reabertura Imediata da Maternidade e dos Serviços de Pediatria do Hospital de Portimão”, e ainda uma recomendação daquela mesma força política, intitulada, “Pela manutenção e preservação das Alagoas Brancas - Lagoa”. As moções e a recomendação foram admitidas pela Mesa à discussão e votação, nos termos do disposto no artigo 37.º, n.º 2, alínea d) do Regimento. Por fim, deram entrada nos serviços da Assembleia, uma recomendação de louvor aos atletas, dirigentes, treinadores, clubes, associações que obtiveram distinção de mérito desportivo na época 2021-2022, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que foi admitida pela Mesa à discussão e votação, nos termos do disposto no artigo 37.º, n.º 2, alínea c) do Regimento. A apresentação das recomendações de louvor, das moções e das recomendações, segue a ordem cronológica de entrada dos respetivos documentos nos serviços da Assembleia. Assim, para apresentação de recomendação de louvor ao Sporting Clube Farense, foi concedida a palavra ao representante do Grupo Municipal do Chega, Maria de Lurdes Rego Alemão. -----

-----No uso da palavra, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** cumprimentou os presentes e explicou que o Partido Chega, apresenta uma nota de louvor ao Sporting Clube Farense pelo esforço e excelente desempenho dos seus atletas, técnicos e dirigentes, pela sua subida à Primeira Liga. Dessa forma, o Algarve passará a estar representado por duas equipas na principal liga de futebol nacional. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu as inscrições e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita, que cumprimentou os presentes e disse que, não estando ali desde sempre, mas desde que faz parte da Assembleia, assumiu que as pronúncias da Assembleia, em termos de louvor, de mérito e de apreciação incidiam sobre atletas que sirvam, não necessariamente atletas nascidos no concelho, mas atletas que sirvam clubes do concelho e às associações e clubes do concelho. Obviamente, salta à vista que o Sporting Clube Fareense não é do concelho e, portanto, sem desprimor nenhum e sem demérito nenhum para o louvor que o Sporting Clube Fareense merece por levar mais longe, juntamente com o Portimonense, o nome do Algarve na Primeira Liga de Futebol, a bancada do PSD, vai abster-se naquele Ponto por uma questão muito simples. Porque julgam que se vai abrir, um pressuposto de louvar, associações do Algarve que tenham e que levem longe o nome do Algarve, vão ter que andar a louvar muita gente, porque há muitos bons clubes e muito boas associações que, nas diferentes modalidades do desporto, levam longe o nome do Algarve. E, portanto, obviamente não querendo e nem tendo nada que ver com demérito do clube em causa, pensam que a Assembleia, nesse aspeto e Lagoa, é Algarve e o Algarve é uma preocupação de Lagoa e dos lagoenses, isso não estava em causa, mas trata-se de criar um pressuposto e, portanto, nesse pressuposto, vão abster-se por pensarem que não fazer sentido dizer que se está contra louvar um clube que tem mérito e que conseguiu um resultado, mas não era uma proposta que subscrevam nesse aspeto, porque pensam que o louvor e o mérito deve ali, naquela casa, ser para quem é de Lagoa ou serve associações de Lagoa.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não se tendo registado intervenções, passou-se à votação da recomendação do louvor do Chega ao clube de futebol Sporting Clube Fareense que foi votada desfavoravelmente, com dezanove (19) votos contra, dezasseis (16) do Partido Socialista, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, quatro (4) abstenções, três (3) do PSD e um (1) da CDU, e dois (2) votos favoráveis, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) do Chega. Seguiu-se a recomendação do louvor do Chega à Equipa de Badminton da ACD Che Lagoense, tendo sido dada a palavra à Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão para apresentar a proposta de recomendação. -----

-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão dizendo que o Partido Chega apresentava uma nota de louvor à Equipa de Badminton da ACD Che Lagoense, assim como ao esforço e excelente desempenho dos seus atletas, técnicos e dirigentes por se terem sagrado campeões nacionais de badminton. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e em seguida, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho que, depois de cumprimentar os presentes, fez o pedido ao Chega de retirar a recomendação do voto de louvor, por ser uma modalidade que está a meio da época e não terminou tão pouco a época desportiva. Não fazia muito sentido, a meio de uma época, estar a apresentar um voto de louvor a uma modalidade que se encontra ainda em plena competição. Aproveitou para partilhar a informação de que a equipa de badminton se encontrava a disputar a Taça dos Clubes dos

Campeões Europeus, estando nos quartos de final, um feito inédito no país. Se no dia seguinte ganhasse o jogo teria garantido, pelo menos, a medalha de bronze, o que era uma coisa nunca feita num clube do país. Mas, de facto, achava extemporâneo aquele pedido de voto de louvor, naquele momento. Tinham tempo, até ao final de dezembro, até ao final do ano motivos para talvez se proceder a um voto de louvor daquela natureza. Caso o Chega não retirasse, teriam que votar, mas pensava ser uma questão de bom senso. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. --

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** cumprimentou os presentes e declarou que, na sequência da intervenção que o senhor Deputado Diamantino José Ernesto Ruivinho fez, com a qual estavam inteiramente de acordo, não querendo deixar de salientar que a ACD Ferragudo foi campeão nacional de basquetebol feminino, Liga Betclíc. Pediram, assim, se o Chega, atendendo à recomendação de louvor do PS, que estava apresentada e os demais Deputados da Assembleia receberam pelos serviços da Assembleia Municipal, faria todo o sentido incorporar o que estava proposto pelo Chega na recomendação do PS, deixar cair a recomendação do louvor que o Chega tem e abranger que a recomendação de louvor apresentada pela bancada Municipal do PS, que é uma recomendação de louvor a todos os atletas, dirigentes, treinadores, clubes e associações, que obtiveram distinções de mérito na época 2021-2022. Julga que faria muito mais sentido, naquela fase e, reforçando as palavras do Deputado Diamantino Ruivinho, que no seu devido tempo deviam reconhecer todo o mérito respeitante à época presente. Por isso, faria todo o sentido apresentar a recomendação de louvor, como apresentou a bancada do Partido Socialista, para a época que decorreu em 2021-2022, com uma maior abrangência, do que simplesmente uma entidade como é representativa ACD Che Lagoense. Era aquela a posição da Bancada do Partido Socialista. -----


-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** dirigiu-se ao senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho e questionou se foram ou não foram campeãs nacionais de Badminton.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** confirmando que, efetivamente, foi campeão de equipas mistas e, por isso, representa Portugal na Taça dos Clubes Campeões Europeus. O que sugeriu foi apenas aguardar pelo momento próprio que seria o término da época, porque irá juntar, provavelmente, muito mais títulos coletivos e então justifica-se. Se não apresentam naquela sessão, em dezembro provavelmente apresentam outro, com toda a justificação, pois se as coisas decorrerem como estão a decorrer vão-se juntar muitos mais títulos coletivos. Era só uma questão de tempo e nada mais do que isso. Era uma sugestão para aguardarem pela altura própria, mais nada. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se o Chega mantinha o voto de louvor e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que ter pensado fazer a intervenção a propósito dos louvores, mas depois achou que ficava para uma próxima quando surgissem mais louvores e, assim, pensava que o devia fazer. A questão é que



quando uma coisa se banaliza, perde valor e se há coisa que não se pode banalizar é a Assembleia atribuir votos de louvor, porque louvar um feito, louvores merecem todos os lagoenses, diz a campanha que o município tem curso. Têm orgulho de ser Lagoa. E, portanto, todos têm o louvor de pertencer a algo que merece louvor. Mas isso não faz com que se andem a louvar todos os dias, porque se não torna-se cabotino, não é, quer é olhar ao espelho e dizer “sou mesmo jeitoso”. Estava à vontade para dizer isso, porque salta para a evidência que não é verdade. Portanto, a questão é, não pode ser banalizado. O voto de louvor que a bancada do Partido Socialista iria apresentar, ficava já o comentário, obviamente, subscreviam e iriam votar porque faz sentido, é corroborar um mérito que o município reconheceu a todas aquelas pessoas e aquelas entidades, mas ia fazer aquele comentário para que ficasse claro que é, o mérito desportivo que foi reconhecido àquelas pessoas, não foi reconhecido pela Câmara Municipal de Lagoa, foi reconhecido pelo município de Lagoa. E, portanto, não estão a fazer algo diferente do que já fizeram, porque o município já reconheceu publicamente, e num ato público, esse mérito. Assim, deixam constar que esse louvor fica atribuído, mas já estava, nem sequer era nada de novo. Já votaram a favor outros votos louvor apresentados pelo Chega, porque faz sentido quando tiveram o copiloto campeão nacional de rallys, uma coisa que acontece num determinado momento e acontece, não sei de quantos em quantos anos, se acontecer e, portanto, merece um destaque para pôr em evidência, para chamar um bocadinho atenção a algo que podia não ser notado. Quando um clube, como foi referido pelo líder da bancada do PS, um clube sobe à Primeira Liga, a uma liga profissional de evidência, tem todo o sentido dar essa evidência especial. Como terá toda a evidência, um campeonato nacional. Felizmente têm campeões e, portanto, se desatam a louvar os campeões ou alguém que faz, às tantas vai-se tornar banal e vai alguém estranhar que numa sessão da Assembleia não se louve ninguém. E, portanto, para que ficasse claro e para assumir alguma coerência, iriam abster-se naquela votação na seguinte e votariam a favor nas outras, com a ressalva de que estão a corroborar um ato e não a praticar um ato. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** cumprimentou os presentes e disse que é pelo facto da equipa ACD Che Lagoense ter atingido o patamar que atingiu que a Deputada Lurdes Alemão apresenta aquele voto. Se a equipa continua a disputar e com bons resultados, é de louvar, continuar com boas participações. Portanto, concordava que se fizesse um voto de louvor. É claro que se em todas as Assembleias aparecerem votos de louvor têm que aceitar e isso vai na responsabilidade e na cabeça de cada um. Têm que aceitar, pode ser que uns aceitem e outros não. Trata-se de uma equipa, de um clube, de uma associação do concelho que tem atletas, não só do concelho, como também de outros concelhos, mas trata-se de um clube que tem dado cartas na atividade desportiva que é o badminton. Acrescentou ainda que nos documentos podiam apresentar, quer dizer, não vem nada referenciado, como Assembleia Municipal. Devia aparecer, a Assembleia Municipal de Lagoa reunida tal, portanto, delibera apresentar um voto de louvor, que é como se passa também, portanto, a recomendação de louvor da bancada do PS e isso não está discriminado no documento. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, lembrou que a Mesa já chamou a atenção e que já houve uma rejeição por não observância dos requisitos formais daquele tipo de instrumento regimental. Contudo, continua

a procedência e também não irão, efetivamente, impedir que apresente. Contudo, reiteram a recomendação que o Chega ao apresentar futuras recomendações de louvor que, efetivamente observe a forma adequada do ponto de vista dos seus requisitos. Querem que todos exerçam em plenitude dos seus direitos e utilizar todos os instrumentos regimentais que são previstos no Regimento, mas, de facto, convém aprimorar a forma que também é importante para a substância. Até porque, depois, vai haver um processo de publicação se, eventualmente, os votos forem aprovados e convém identificar, claramente, de que há observância dos requisitos formais e também que a Assembleia Municipal, até porque em alguns dos instrumentos pedem também para notificar e para que se dê conhecimento à Câmara Municipal, quando é a própria Assembleia Municipal que está efetivamente a aprovar, não faz muito sentido a Assembleia Municipal estar a notificar-se a si própria, uma vez que têm o poder deliberativo e votam favoravelmente ou não esses instrumentos. Tinha que haver algum cuidado do ponto de vista formal também para que, certamente, consigam produzir melhores documentos. Em seguida, passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** referindo ter passado mal a mensagem daquilo que o Grupo Municipal do PS propunha, nomeadamente, que o Grupo Municipal do Chega retirasse e que se juntasse à recomendação do PS e pensava que mesmo seguindo o que o senhor Deputado Diamantino Ruivinho apontou. Ou seja, fariam um extensível, e subscrevia aquilo que a bancada do PSD manifestou, que era, não é a Câmara Municipal, nem o Executivo, nem o PS, mas o município de Lagoa que se congratula com todos os seus campeões. O objetivo era ser o mais abrangível e tentar reconhecer todos aqueles que o município, pela população de Lagoa, reconheceu os seus feitos, esse era o objetivo. Especificamente ali, parecia que acabava por ser muito restrito, até porque, no seu devido tempo, certamente todos querem, e esperam que sejam muito bem-sucedidos, levarão ali e também subscreverão um louvor específico para esse efeito. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e solicitou que os senhores Deputados fossem sintéticos, precisos e concisos nas exposições, pois tinham uma longa Ordem do Dia e estavam há meia hora à volta daquela questão. Antes de colocar à votação, a Mesa confirmou que a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão mantinha a proposta, sem disponibilidade de incorporar a proposta do PS. Procedeu-se à votação da recomendação de Louvor do Chega relativamente à Equipa de Badminton da ACD Che Lagoense, tendo naturalmente em consideração todos as intervenções ali produzidas. Registou-se o impedimento do senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho na votação, por ser dirigente da ACD Che Lagoense. Naquela votação votariam apenas 24, ficando averbado em ata a declaração de impedimento do senhor Deputado Diamantino Ruivinho para intervir na votação. Sendo 24 votantes com, portanto, o impedimento declarado pelo senhor Deputado Diamantino Ruivinho, a recomendação de louvor à Equipa de Badminton ACD Che Lagoense foi aprovada com treze (13) votos a favor, um (1) do Chega, um (1) do Bloco de Esquerda, um (1) da CDU e dez (10) votos da bancada do PS, e onze (11) abstenções, seis (6) da bancada do PS, três (3) do PSD, dois (2) do Movimento Lagoa Primeiro. Foi, assim, aprovada a recomendação de louvor à Equipa de Badminton ACD Che Lagoense. Para a apresentação da moção “Programa de Inovação Social - Forças de Segurança”, foi concedida a palavra à senhora Deputada Municipal do Chega, Maria de Lurdes Rego Alemão. -----

-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** disse que, uma vez que o documento foi enviado a todos os Deputados, dispensou a leitura da moção. ----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, abertas as inscrições, deu a palavra à senhora Deputada Municipal Maria Licínia Mendes Lourenço. -----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria Licínia Mendes Lourenço** cumprimentando os presentes e afirmando ser aquela a posição do PS e a declaração de voto: «As forças de segurança desempenham diversas funções para garantir a segurança e a ordem pública numa sociedade, nomeadamente a prevenção de crimes, a aplicação das leis e regulamentos, a manutenção da ordem pública, a proteção de pessoas e propriedades, a assistência e suporte a vítimas e a colaboração com outras entidades. É neste sentido que se enquadra a colaboração da GNR com as escolas, dinamizando ações de sensibilização junto da comunidade escolar, nomeadamente junto dos alunos, promovendo, o referido na moção, “contacto de proximidade com os jovens”. Por outro lado, este contato e proximidade são já proporcionados através da presença e atuação dos elementos da Escola Segura e sempre que a escola entende solicitar a sua colaboração em determinados assuntos para interagir com os alunos, à semelhança do que acontece com outros elementos da comunidade. Deste modo, do que nos é referido no documento do Partido Chega, ficamos sem perceber se a escola ou as próprias forças de segurança sentem a necessidade do reforço de, tal como está escrito, de “visibilidade, de segurança e respeito”, para além desta estreita colaboração que já existe com as forças de segurança, tanto mais que a proposta apenas incide sobre a escola secundária. Refira-se também que não tem sido do conhecimento público que as escolas do concelho tenham, atualmente, necessidade de incrementar a presença dos elementos policiais naquele espaço, por questões de segurança. Acresce ainda a questão tão importante que é a da capacidade do refeitório para servir mais almoços aos elementos das forças de segurança e polícia municipal, quando constituída, conforme proposto e, mais tarde, alargar o benefício aos bombeiros e elementos da Proteção Civil. Entende o Grupo Municipal do Partido Socialista que, face ao exposto, ficam esvaziados de sentido os objetivos apresentados para fundamentar este programa de Inovação Social - forças de segurança, pelo que irá votar contra a moção apresentada.» -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu, seguidamente, a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** cumprimentou os presentes e referiu que gerir a cantina de uma escola não é tarefa fácil, entram mais 20 ou 30 que não há problema. A escola tem subsídios por cada uma das refeições, este pessoal das forças de segurança a entrarem, não entram dentro desse número. E, portanto, a escola vai ter prejuízo enorme para fazer isso. Ou a Câmara se substitui, subsidiando as refeições nas cantinas das escolas ou isso não tem nenhum cabimento. Ainda para mais, os professores da própria escola quando vão, pagam a sua refeição. Portanto, oferecer refeições que vão penalizar um orçamento escolar e uma gestão da cantina, quando os próprios professores da casa não o podem fazer, não parece nem correto, nem nada simples.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----Tomou a palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** declarou presumir que o Partido Chega teve a ideia de apresentar aquela moção devido

ao que ali plasmou, que o Ministério da Administração Interna quer polícias a comer nas cantinas universitárias. Confessou que não tinha conhecimento da notícia, mas foi à Internet, pesquisou, mas acabou por não ter acesso, tem lá o link, mas clica-se e não aparece lá nada. Sobre a moção, colocou algumas questões, nomeadamente se o Partido Chega fez algum estudo sobre aquela situação, se não irá contribuir para que o reduzido pessoal que existe nas cantinas, naquele caso, na cantina da escola secundária, fique com mais trabalho. E disse não ter conhecimento se o quartel da GNR de Lagoa tem refeitório ou não e, portanto, caso tivesse, poderiam ir lá tomar a sua refeição. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** dizendo haver uma questão central na argumentação do Chega que não podiam acompanhar, ao querer transpor uma situação de Ensino Superior para a escola pública e escolas secundárias. Trata-se de uma transposição mecânica de uma situação que não se aplica no concelho e esperava que não se queira introduzir segurança nas escolas através de meter as forças de segurança nas escolas. Isso é um conceito que, do ponto de vista democrático, do ponto de vista da escola pública, não entende, pois o que precisam, atualmente, é de fazer alterações profundas na escola pública, dar força aos professores e dar condições ao exercício da classe dos professores, reforçar os quadros de trabalhadores auxiliares das escolas, criar condições para uma escola pública muito mais eficiente. Esse, sim, é o combate que se devia travar e não dar a ideia de que as forças de segurança irem almoçar à escola transmite segurança, que considera ser uma visão completamente errada, desfasada de uma realidade e não aplicável. Com que direito qualquer profissional das forças de segurança iria almoçar à escola de forma gratuita, sendo que os professores, trabalhadores efetivos da escola ou os funcionários administrativos não podem almoçar lá gratuitamente. Questionou que sentido tal fazia quando, inclusivamente, os funcionários que acompanham diariamente os alunos têm um vencimento tão baixo, como qualquer profissional da Polícia de Segurança Pública ou da GNR. Não fazia sentido. Assim, como não fazia sentido, nem do ponto de vista do que ali também se refere de auxiliar as forças de segurança no apoio à sua refeição. Não fazia sentido e não é essa a visão que querem da escola pública, nem da segurança, pelo que não podem acompanhar esse raciocínio, de maneira nenhuma. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** quis apenas deixar claro que pôr forças policiais nas escolas, ainda que seja atraindo-os com a comida, ou pensando que segurança se confunde com ver fardas, agradeceu, mas não. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que se passaria à votação da moção “Programa de Inovação Social - Forças de Segurança”, apresentada pelo Grupo Municipal do Chega. A moção foi rejeitada com vinte e quatro (24) votos contra, dezasseis (16) do PS, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU e um (1) voto a favor do Grupo Municipal do Chega. Prosseguiu-se para a segunda moção apresentada pelo Grupo Municipal do Chega “Implementação de Literacia Financeira nas Atividades Extra Curriculares Escolares” e para a

apresentação da proposta de moção, concedeu-se o uso da palavra à senhora Deputada do Grupo Municipal do Chega, Maria de Lurdes Rego Alemão. -----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** apresentando a moção: «O Banco Mundial, num relatório sobre educação financeira, refere que os consumidores com menor taxa de conhecimentos financeiros têm mais despesas, acumulam mais dívidas, pagam mais taxas de juro dos seus empréstimos e possuem uma menor capacidade de poupança. Temos como exemplo recorrente, e por vezes noticiado na Comunicação Social, que cada vez mais portugueses pedem empréstimos para pagar empréstimos, aumentando desta forma a bola de neve de dívidas financeiras familiares. Ora, de acordo com a estatística e com dados do PORDATA relativos aos Censos 2021, o ganho médio dos portugueses era de apenas 1 294 EUR, enquanto que a média dos jovens é de apenas 1 036 EUR, valores brutos. Em 2021, no estudo patrocinado pelo European Central Bank, o nosso país ocupa a última posição no que se refere à literacia financeira, ficando atrás de Malta, Eslovénia ou Lituânia. Se questionarmos um jovem adulto, o que é uma taxa Euribor, uma taxa de juro, o que é o IUC, o IMI, o IVA, o spread ou se sabe a diferença entre remuneração líquida ou ilíquida, já sabemos a resposta que a maioria irá dizer que não sabe. Isto apenas evidencia que possuímos uma reduzida literacia financeira que irá criar mais dificuldades na vida do dia a dia. A quantos de nós já aconteceu olhar para o recibo de vencimento e terem itens dos quais não entendemos? Quantos de nós já recebeu uma carta das Finanças e fica com dúvidas sobre o que está exposto? Nos Estados Unidos da América foi identificada uma relação entre a existência de conteúdos financeiros no programa de ensino secundário e uma redução dos incumprimentos de créditos bancários dos jovens. Isto dá-nos uma orientação do caminho a seguir para o combate à iliteracia financeira, a escola. Sabemos que existe em Portugal um programa orientador identificado como referencial de educação financeira, o REF. Este documento aborda, para cada nível de ensino, conceitos de educação financeira adaptadas a situações reais que podem ajudar nossos jovens em ter uma perceção do mundo financeiro e económico. Estes cadernos podem ser utilizados pelos pais, estão disponíveis gratuitamente no site da Direção-Geral de Educação, mas deixamos aqui uma importante questão: quantos pais e professores sabem de existência deste programa? Provavelmente muito poucos, pois não existe uma aposta na divulgação deste tipo de informação por motivos que desconhecemos. No entanto, é informação que, sem quaisquer dúvidas, é relevante, importante para o futuro dos nossos jovens. Acreditamos que grande parte dos estudantes que terminou o 12º ano, ensino obrigatório, não tenha tido uma abordagem relevante aos assuntos financeiros. Propomos, então, a criação de unidades curriculares nos planos escolares, nomeadamente das atividades extracurriculares, AEC's, devidamente adaptadas às respetivas idades e programas focados na literacia financeira e económica. A criação e reforço das instituições escolares, de cursos de formação financeira, com o patrocínio da Câmara Municipal de Lagoa, a criação de projetos piloto, empresas públicas para a formação financeira dos seus colaboradores.» -----


-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** informou que iria ler a declaração de voto da sua bancada e que iria funcionar também como intervenção daquele Grupo. «O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros composto pelo Banco de Portugal, CMVM, Comissão do Mercado de Valores Imobiliários e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, definiu um Plano Nacional de Formação Financeira,



com um horizonte temporal de cinco anos, que se iniciou em 2011 e terminou em 2015. Passado esse período, seria feita uma reflexão sobre os resultados obtidos e, sobretudo, deveria ser averiguada a necessidade da continuidade ou mesmo do reforço em determinadas áreas. A intervenção junto de determinados públicos-alvo requeria dinamismo, melhoria de conhecimentos, alteração de atitudes e de comportamentos financeiros, logo, um conjunto de objetivos nem sempre fáceis, mas bastante ambiciosos. Esta abordagem nunca poderia ser feita a curto prazo, sempre a médio/longo prazo e sempre com a participação de um conjunto alargado de parceiros. No âmbito deste Plano Nacional, o Ministério da Educação lançou em 2013 o Referencial de Educação Financeira, preparado pelos supervisores financeiros e pelo Ministério da Educação, direcionado para a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação e Formação de Adultos. Este documento orienta a implementação da educação financeira em contexto educativo e formativo e estabelece os conhecimentos e as capacidades considerados essenciais para as crianças e os alunos em todos os ciclos de ensino, tendo sido iniciado em 2014 um programa de formação de professores. Com vista a apoiar professores e alunos na abordagem aos temas do Referencial de Educação Financeira, em 2015, foi lançado o primeiro Caderno de Educação Financeira dirigida aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Para incentivar o desenvolvimento de projetos de educação financeira nas escolas, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, em colaboração com o Ministério da Educação promove também, desde 2012, o Concurso Todos Contam, que visa premiar anualmente as melhores iniciativas de formação financeira ao nível da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (4 edições até 2015, com participação de 350 escolas e 70 000 alunos para 224 projetos apresentados). O Plano assumiu um conjunto de objetivos agrupados em cinco grandes áreas: promoção dos conhecimentos financeiros; a importância de inclusão financeira; importância da poupança; recurso responsável ao crédito e adoção de hábitos de precaução. Estes objetivos, que foram definidos tomando como referência o diagnóstico efetuado e as melhores práticas internacionais, mantém a sua atualidade, tendo sido reforçados com duas novas áreas: os serviços financeiros digitais e a formação financeira para empreendedor, gestores. Apesar de cruzar, de uma forma geral, os objetivos anteriormente definidos para o Plano, é importante considerar que o aumento da utilização dos serviços financeiros digitais pode levar a problemas de dois tipos: a segurança das operações e a maior facilidade na aquisição de produtos e no recurso ao crédito. Assim, a área de Cidadania e Desenvolvimento, que visa a preparação dos alunos para a vida, para serem cidadãos democráticos, participativos e humanistas, contempla o domínio “Literacia financeira, educação para o consumo”, que pode ser operacionalizado transversalmente na gestão curricular disciplinar e multidisciplinar, em toda a escolaridade, especificamente na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (2.º e 3.º Ciclos), ou globalmente, em projetos da escola, podendo abranger toda a escolaridade. Nesse entendimento, o Grupo Municipal do PS considera que a escola tem as ferramentas para desenvolver esta temática no âmbito das suas atividades curriculares. Quanto ao Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico (AEC), regulamentado pela portaria 644-A/2015, 24 de Agosto, que promove a articulação entre o funcionamento da escola e organização de respostas sociais no domínio de apoio à família, contempla “as atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação”. E de acordo com o artigo 18.º, “as AEC são selecionadas de acordo com os objetivos definidos no projeto educativo do agrupamento de escolas, atendendo ao disposto no n.º 1 do artigo 9.º e devem constar no respetivo plano anual de atividades”, pelo que a decisão sobre a escolha dos domínios da atividade a desenvolver compete aos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas. Uma





vez que o planeamento e cumprimento dos currículos, escolares e extraescolares, são da competência da escola, o Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar contra a moção apresentada. Queria apenas acrescentar que ainda este ano foi distribuído pelos alunos do oitavo ano este livro com o patrocínio do município de Lagoa de entre outros.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de mais inscrições, procedeu-se à votação da moção Implementação de Literacia Financeira nas Atividades Extracurriculares Escolares”, tendo sido rejeitada com vinte e um (21) votos contra, dezasseis (16) do PS, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU, três (3) votos em abstenção do Movimento Lagoa Primeiro e um (1) voto a favor do proponente Chega. Avançou-se para a outra moção do Chega “Construção de um Cemitério para Animais de Companhia”, tendo sido dada a palavra à senhora Deputada Municipal do Chega, Maria de Lurdes Rego Alemão, para apresentação da moção. -----

-----No uso da palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** apresentou a moção: «O Partido Chega vem propor a moção a construção de um cemitério para animais de companhia visto que neste enquadramento se fala principalmente na relação entre pessoas e animais de companhia que tem vindo a evoluir ao longo dos tempos e que, no seguimento de mudanças sociais, económicas e culturais que o homem foi tendo ao longo da sua existência, foi-se assistindo também a uma mudança no paradigma da relação entre pessoas e animais, sendo que está cada vez mais marcada por afetos e humanização. Verificamos que os animais de companhia de estimação são mais do que amigos, são membros, muitas vezes, das nossas famílias, que nos proporcionam companheirismo, alegria, tristeza, amor e preocupação, entre muitos outros sentimentos. Neste sentido, deve ser prestado uma homenagem respeitosa e merecida depois da sua partida. Em Portugal e através da Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, foi implementada na legislação portuguesa o Decreto-Lei 13/1993, a 13 de abril, onde é reconhecida a importância dos animais de estimação, como temos constatado no artigo 3.º n.º 1, “ninguém inutilmente deve causar dor, sofrimento ao custo de um animal de estimação” e no n.º 2, “ninguém deve abandonar o animal de estimação”. Benefícios físicos dos nossos animais: melhora a qualidade da saúde humana, interação social, dos níveis de stress, pressão arterial e potencia a realização de caminhadas. Benefícios psicológicos: diminui a ocorrência de depressão, aumenta a afetividade, autoestima, entre outros. Benefícios também em psicoterapias: é amplamente conhecida a utilização de animais para estimular a psique humana em diversos tratamentos de índole psicológica e física. No seguimento do que já foi proporcionado pela Câmara Municipal de Lagos, portanto, aqui no nosso Algarve, pretendemos que o atual Executivo camarário da Câmara Municipal de Lagoa crie um cemitério para animais de companhia, pois muitas pessoas consideram os seus animais como membros da família e, desta forma, existe a possibilidade de os honrarem com respeito e dignidade. Em conclusão, a existência de um cemitério para animais irá proporcionar, sem quaisquer dúvidas, um conforto para as famílias, pois desta forma passará a existir um local onde poderão visitar, lembrar, honrar e homenagear os seus animais. Não podemos esquecer que a existência deste cemitério poderá também desempenhar um papel importante na preservação da história das famílias, refletindo o cuidado que dedicaram aos seus animais ao longo dos anos de vida.» -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra à senhora Deputada Municipal Cristina Maria de Carvalho Mosteias. -----

-----No uso da palavra, a senhora Deputada Municipal **Cristina Maria de Carvalho Mosteias** disse querer fazer algumas observações que lhe pareciam pertinentes. Com o maior respeito, pela homenagem de cada um dedica ao seu animal de estimação que acha ser bastante importante e tudo aquilo que foi referido relativamente ao bem-estar e à ligação da parte humana com os animais, muito importante, concorda plenamente. A questão que se coloca é que existem outras opções. Existe a cremação individual e o retorno das cinzas aos proprietários. Existe a cremação para quem não tem possibilidades de isso, a cremação dos animais em conjunto e a questão que se coloca é a de que em condições é que se vai enterrar os animais, em que espaço se vai enterrar os animais, quem é que vai ter acesso a enterrar o seu animal nesse espaço e como é que vão resolver a questão da saúde pública e dos lençóis de água e da contaminação dos mesmos. Depois, têm a portaria 14-27/2001, que diz que a destruição dos cadáveres e passou a citar “de cães e gatos compete às Câmaras Municipais e às outras entidades devidamente licenciadas, tendo em conta a salvaguarda de qualquer risco para a saúde pública e ambiental”. Logo, parece-lhe que aquela opção vai acarretar ao município gastos extra, pessoas para trabalhar, as infraestruturas para que exista um controlo da saúde pública e da contaminação dos lençóis de água. E acrescentou, para que ficasse registado, a 10 de maio do corrente ano, estavam registados no concelho de Lagoa, dados oficiais, 11 611 animais entre cães, gatos, furões. São bastantes animais aqueles que estão registados, fora os que não estão registados e aquilo que se aconselha nos consultórios veterinários é que não se proceda ao enterramento dos animais debaixo de terra. Não é a melhor opção, os materiais que são usados pelas pessoas não são os melhores, muitos deles são enterrados dentro de sacos plásticos que não permitem a sua degradação conveniente e pode haver sim, risco de saúde pública, dependendo da causa que levou à morte daquele animal. Depois fez lembrar também que esses mesmos animais enterrados podem ser desenterrados, podem voltar a ser enterrados por outros animais que possam vaguear. Assim, não é a melhor opção de todo, deve haver opções, sim, mas que não tenham nenhuma influência a nível ambiental. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** afirmando que não podia estar mais de acordo com o que a bancada do PSD acabava de enunciar. O Grupo Municipal do PS acompanha essa problemática, uma questão de saúde pública, acima de tudo, que tem que ser solucionada. Inicialmente, o Grupo Municipal do PS tinha proposto à bancada do Chega, se passava a moção para recomendação no sentido de não fecharem a porta à possibilidade de o Executivo fazer um levantamento, um estudo e ver se, efetivamente, tinham capacidade de, a médio prazo, dar essa resposta. Atendendo até ao reforço que já que foi dado, o Grupo Municipal do PS votaria contra aquela moção. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, não tendo registado mais intervenções, avançou com o processo de votação da moção “Construção de um Cemitério para Animais de Companhia”, tendo a mesma sido rejeitada com vinte e dois (22) votos contra, dezasseis (16) do PS, três (3) do PSD e três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, duas (2) abstenções, uma (1) do Bloco de Esquerda, uma (1) da CDU, e um (1) voto favorável da proponente, Chega. Prosseguiu-se com a moção apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda pela “Reabertura Imediata da Maternidade e dos Serviços de Pediatria do Hospital de Portimão”. Consequentemente, para apresentação da proposta, concedeu-se o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** leu a moção: «Reabertura imediata da maternidade dos serviços de pediatria do hospital de Portimão. Ao longo dos últimos dois anos, o bloco de partos da maternidade de Portimão tem vindo a encerrar de forma intermitente, por diversos períodos, por falta de pediatras. De acordo com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, que integra os hospitais de Faro, Portimão e Lagos, a carência de médicos pediatras, conduziu a uma organização dos serviços articulada entre as unidades hospitalares de Faro e de Portimão, de forma a garantir os melhores cuidados de saúde à população. Passou-se exatamente o contrário, pois a dita reorganização dos serviços traduziu-se, recentemente, numa informação por parte do CHUA, de que por falta de pediatras deixou, a partir de 1 de junho, de ser dado apoio ao bloco de partos, serviço de urgência, internamento pediátrico e berçário, no hospital de Portimão, levando a que bebés e crianças sejam transferidos para o hospital de Faro. Pelos vistos, é um dos resultados do trabalho da Direção Executiva do SNS, atrás da qual se esconde o Governo. Uma situação infeliz e inadmissível. Não passa de um engano a operação Nascer em Segurança no SNS de 2023 no Algarve. Estamos a assistir a uma continuada degradação dos serviços públicos de saúde na região e, muito em particular, no hospital de Portimão com graves consequências na zona do Barlavento algarvio. Esta situação só vai beneficiar os grupos privados de saúde à custa da delapidação do Serviço Nacional de Saúde e dos rendimentos dos utentes. O encerramento da maternidade e dos serviços de pediatria do hospital Portimão vai deixar metade do Algarve com falta desses serviços e muitas mais dificuldades para parturientes, crianças e famílias que terão, em muitos casos, de percorrer mais de 100 km para chegar ao hospital de Faro, com serviços carenciados e congestionados. Com receio da mobilização popular, que não aceita o desmantelamento de serviços no hospital de Portimão, a Direção Executiva do SNS recuou parcialmente e anunciou, no passado dia 4 de junho, no âmbito de um plano de contingência específico, que durante o verão, de junho até setembro, o bloco de partos de Portimão estará fechado dois fins de semana de cada mês. Funcionará, no restante tempo, com a ajuda de médicos especialistas e internos vindos de várias instituições do Serviço Nacional de Saúde, como o Hospital do Senhor da Oliveira, de Guimarães e o Santa Maria, de Lisboa. Em vez de encerrar serviços, urge promover mais investimento público, contratar os médicos, pediatras e obstetras necessários, além de outros recursos humanos, criar incentivos e valorizar as suas carreiras. Esta é a responsabilidade que cabe ao poder central, no caso concreto ao Governo PS de António Costa. Assim, a Assembleia Municipal da Lagoa, reunida a 21/06/2023, delibera exigir ao Governo a reabertura imediata do bloco de partos e dos serviços de urgência, internamento e de pediatria no hospital de Portimão. Exigir ao governo que, para o hospital de Portimão, assim como para a generalidade do Serviço Nacional de Saúde no Algarve, promova com urgência mais investimento público, contratando mais médicos, pediatras e obstetras necessários, assim como outros recursos humanos, criando incentivos e valorizando as suas carreiras.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** cumprimentou os presentes e disse tratar-se de um problema que os afeta a todos há muito tempo. É um problema que não é só do Algarve, mas também em outras regiões, sendo um problema nacional e estrutural, não de falta de recursos, mas de falta de recursos nos serviços públicos. Já têm abordado aquela questão e têm respondido que algumas coisas, tais como são ditas, nomeadamente como é dito na moção, que são um pouco incorretas e até mesmo falsas, nomeadamente da maneira como se diz, não há encerramentos, há interrupções. Há, sim, um


trabalho em rede. No Algarve houve sempre um bloco de partos aberto na maternidade, nunca fechou a urgência obstétrica. Não é verdade que não se contrate mais profissionais, só que não se pode obrigar a que os funcionários venham para os serviços públicos. Aliás, devido àquele assunto que é nacional, os partidos têm pedido audiências ao Diretor Executivo do SNS, nomeadamente o PSD fê-lo, a Iniciativa Liberal também o fez ainda há dias, nomeadamente em Portimão, o Bloco de Esquerda, provavelmente também fez e não era bem aquilo que era dito se, realmente, houve essa audição pelo Bloco de Esquerda. Muito recentemente foram contratados três pediatras que, de facto, devido à dificuldade em contratualizarem pediatras portuguesas, têm ido ao estrangeiro, portanto um deles é espanhol, outro é brasileiro e uma pediatra portuguesa. De facto, muitas vezes, e isso faz parte do sistema, a contratualização, muitas vezes, dos profissionais, não só da saúde, mas também de outros, professores, muitas vezes arrasta-se um bocadinho no tempo, há uma série de documentos, procedimentos e efetivamente, portanto, eles estão contratados, só que muito brevemente é que irão entrar ao serviço. O número de pediatras até é razoável, até é suficiente, só que, de facto, o que acontece, e isso tem sido explicado, a maioria dos pediatras que têm, nomeadamente, no serviço público no Algarve, tem 50 ou 55 anos e estão dispensados de fazerem urgências porque ninguém os pode obrigar. Por outro lado, com os que ficam devido ao conhecimento científico que têm, ao avanço, nomeadamente tecnológico, para além dos obstetras estarem ao serviço, têm de estar dois pediatras, um pediatra para a neonatologia, e outro pediatra para os cuidados intensivos pediátricos, tem que estar dois em Portimão, todos os dias, para além, depois, das consultas e dois em Faro. Portanto, é que, de facto, a saúde na sua exigência, naquilo a que se tem direito, leva a um envolvimento que é muito difícil. E a curto prazo, terão outra dinâmica, mas o esforço tem sido feito, e o esforço de investimento tem sido feito como, aliás, iria constar da sua declaração de voto. Nesse sentido, e perante o que veem, são estratégias de exploração das dificuldades, o Partido Socialista iria votar contra. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos referiu que o senhor Deputado que tinha acabado de intervir disse duas palavras, estratégia de exploração e é realmente o que se passa no hospital, no CHUA. Estratégia de exploração de pessoal, tem toda a razão. Se as pessoas vão aos hospitais e são muito bem atendidos, é graças ao pessoal que está lá a trabalhar, que dá o corpo às balas, que fazem mais horas extraordinárias do que é previsto, do que é consentido, do que é legal. E isso tem que ser dito e é a realidade. As pessoas, os alunos que estudaram na Universidade do Algarve e foram estagiar para fora, para fora do distrito, tirar a especialidade são chamados para irem para o Algarve para fazerem urgências de um só dia, têm que ir fazer as urgências e depois e irem-se embora para cima. E isso presumia que não fosse aceitável. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro declarou que podiam fazer todas as narrativas que se quisesse, mas o facto é que estavam garantidos os serviços necessários e adequados a toda a população do Algarve, com a cobertura do CHUA. A verdade é que encontrou-se a solução para resolver a indisponibilidade de profissionais dedicados àquela área de especialidade. Conseguem-se em alta em alternância, como já tinha sido dito pelo senhor Deputado do Bloco de Esquerda, o Executivo do Serviço Nacional de Saúde



conseguiu encontrar em alternância entre a unidade de Portimão e a unidade de Faro, um serviço a todos os cidadãos que o procuram e está garantido. Estavam a falar, o CHUA a dar cobertura à região do Algarve e isso não podem negar. Porém, não podem ter e nunca irão ter, podem ter todas as faculdades de medicina do país a formar o dobro do que têm atualmente e irão ter sempre falta de especialistas, porque cada vez mais a população envelhece, cada vez mais a população quer mais cuidados de saúde e vão ter que fazer escolhas e a melhor escolha estava feita, era a resposta à população. Não acredita que da forma como foi dada a resposta que vão ver na Comunicação Social dizer correu mal, aconteceu que faleceu A, B ou C. A Comunicação Social só vê o lado negativo das notícias, não vê o lado positivo. Nunca viu ninguém na Comunicação Social a dizer o que o Deputado do Bloco Esquerda disse, e bem, era verdade, pois antes de ir à Assembleia, tentou ter a certeza e era factual, que estava a cobertura feita para todo o Algarve e essa alternância vai funcionar e dar resposta às necessidades. Mas haverá sempre uma notícia negativa, que vai contrapor essa tentativa de resposta, mas isso faz parte, é a desinformação que a Comunicação Social gosta de fazer, porque probabilidades estatísticas até às vezes na matemática falham. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** disse que era o que faltava que o Algarve que não tivesse condições para fazer partos e para dar assistência. O que os algarvios não podem aceitar é que haja um hospital de 15 em 15 dias, quando o Algarve deveria ter duas maternidades. Isso é que está em causa, porque solução há sempre. Qualquer dia, diz-se chega-se a Lisboa de helicóptero mais rápido, do que a Faro de ambulância. Portanto, porque que é que não se faz uma central em Lisboa? Está o país garantido. Solução há sempre. Enquanto país, enquanto cidadãos, não se podem bastar com a solução, têm que exigir a solução que faz sentido e a solução que merecem. Por isso, o PSD vai acompanhar a moção do Bloco de Esquerda. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** para responder ao senhor Deputado Luís Ribeiro que frisou a Comunicação Social que só vê as partes negativas. Contrapôs dizendo que a Comunicação Social tenta dar informação do que existe realmente, o que é realidade, não vai fazer com que as coisas sejam piores. E será isso que, realmente, quem governa acha mal, pois pensa que a verdade vir ao de cima que é muito mau. Já basta as pessoas se aperfeiçoarem às dificuldades, porque os portugueses têm esse carisma, de se aperfeiçoar às dificuldades em tudo. Portanto, se não soubessem desses pormenores, então não sabia como é que seria. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** referindo que, de facto, a oposição, muitas vezes, não compreende o esforço que é feito e, obviamente, não podem aceitar quando é dito que o desmantelamento dos serviços do hospital de Portimão, pois não há desmantelamento nenhum há a alternância e é em Faro, porque ali,

diariamente, faz-se o dobro de partos que se faz em Portimão e as transferências às vezes são feitas porque há situações que são superiores aos ventiladores para crianças que têm e isso já tem acontecido até em Faro e Portimão, os ventiladores estarem todos ocupados e nascer mais uma criança com dificuldades e tem que ser transferido para onde? Para Lisboa. Atualmente, trabalham em rede, portanto, é esse o sentido evoluído do que são as necessidades. Não podia ficar calado porque havia algumas incorreções e não se pode dizer tudo. É evidente que não há exploração de pessoas, de trabalho. Há problemas laborais, obviamente, como qualquer empresa, como qualquer trabalhador com as administrações, por isso é que existem os sindicatos, e se estiverem em desacordo, nomeadamente a nível sindical, mas faz parte do processo. Não se queria alongar muito mais, porque de facto têm outros temas, sendo aquele importante, sem dúvida, mas mais uma vez vão ter que fazer duas Assembleias Municipais. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro. --


-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** declarando não saber se havia consciência, pois a Comunicação Social divulgou muito pouco, de que vão ficar na unidade de Portimão do CHUA, com um serviço de Medicina Nuclear. Também foi uma resposta que se encontrou, que não havia na região, que só havia numa instituição privada e que a instituição privada deixou de explorar e a instituição pública chamou a si essa responsabilidade e, em setembro, num tempo relâmpago, vai ter uma unidade de Medicina Nuclear com um equipamento que é um equipamento de ponta. No país há três equipamentos. Na presente semana, inaugurou-se também na unidade do CHUA, um equipamento que permite fazer angiografia, permite fazer uma bateria de exames de gastroenterologia guiados por radiologia que não existe no Algarve. Ou seja, o CHUA não pode montar dois equipamentos que têm valores de 400 000, meio milhão, 1 milhão, 2 milhões, como montou e já saíram fotografias do local. Tinha ido à inauguração, ainda não estava o equipamento, mas já lá estava naquele dia, como uma TC-Espectral que também no país também só há uma em instituições públicas. Ou seja, quantas notícias dessas viriam, questionou. Esteve lá e não viu Comunicação Social nenhuma. Têm também que ver essa desinformação, se calhar, a Comunicação Social também não colabora nisso. Tinham conhecimento dos três equipamentos, questionou. Não esteve na Comunicação Social, porque não a viu lá. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** referiu pensar que se estava a discutir que o hospital de Portimão fecha as urgências pediátricas, fecha o bloco de partos, fecha as coisas e questionou o que tinha a Comunicação Social dizer A ou B ou C, pois via a bancada do Partido Socialista dedicada à Comunicação Social, mas ainda não negaram que é verdade que aquilo fecha e se aquilo fecha, fecha, e não havia nenhuma razão para estar fechada.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** confessou não resistir a voltar a fazer uma referência aos tempos passados, era impossível, porque era tudo fanatismo, fanatismo partidário, porque quando, há uns anos, aquelas situações



estavam invertidas na Assembleia Municipal e era apresentado pelo Grupo do Partido Socialista, moções sucessivas contra os Governos do PSD e a maioria era PSD, era tudo chumbado e o PS criticava o Governo. Agora, é o contrário, quando as evidências, têm um povo todo a reclamar pela situação da saúde em Portugal, têm um povo todo a reclamar por um conjunto de problemas e não ligam às evidências, só fanatismo partidário é que pode levá-los a uma divisão daquelas, porque se não existisse, de facto, o fanatismo partidário, votariam a favor daquela moção que tem todo o sentido de ser votado a favor. Não há razão nenhuma objetiva, nenhuma para não o ser. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não havendo mais inscrições para uso da palavra, e uma vez que também o assunto foi amplamente debatido, procedeu-se à votação da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda “A reabertura imediata da maternidade e o serviço de pediatria do hospital de Portimão”, tendo sido rejeitada por dezasseis (16) votos contra da bancada do Partido Socialista e nove (9) votos a favor, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Chega, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU.-----


-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** para ler a declaração de voto do Partido Socialista: «Nos últimos anos, nesta e noutras Assembleias Municipais, muitas vezes abordámos o tema da saúde no nosso país, afirmando sempre que a saúde que se faz em Portugal faz-se bem, ouvindo, igualmente, muitas vezes afirmações dos partidos de oposição de forma incorreta, falsa e enviesada. Certamente que há muito trabalho a fazer. Haverá sempre situações de fragilidade num contexto de recursos humanos limitados e a mera disponibilidade dos profissionais de saúde, só por si, não será suficiente. De facto, tão crítico como a saúde vir a precisar de mais profissionais é a necessidade obrigatória de investimento no desenvolvimento contínuo das competências necessárias para enfrentar os inúmeros desafios que hoje se colocam com o crescimento e o envelhecimento da população. A Direção Executiva do SNS apresentou, efetivamente, em 15 de junho, na última quinta-feira, o plano sazonal para o verão das urgências pediátricas a nível nacional, com particular atenção para Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, no período de junho a setembro, o qual é dinâmico e será avaliado e adaptado posteriormente a esse período. Foram consideradas necessidades de resposta regional e local, recursos disponíveis, a relação de distância e tempo, a diferenciação necessária e, acima de tudo, a capacidade de colaboração entre hospitais. O apoio dedicado dos médicos do SNS, e em particular o empenho dos profissionais do CHUA, permitirá manter uma resposta estruturada e consistente no Algarve, estando garantido a abertura ininterrupta da unidade hospitalar de Faro e a manutenção da mesma forma do funcionamento da unidade hospitalar de Portimão, onde o bloco de partos apenas suspende a atividade em fins de semana. Esta limitação do bloco de partos apenas acontece em Portimão e decorre da incapacidade de assegurar recursos médicos de pediatria neonatologia devido ao limite de idade da maioria dos pediatras, que deixam de fazer urgência ou por ausência de parentalidade e imponderáveis motivados por doença. Estas dificuldades estão sempre presentes, por isso importa assegurar uma cultura de previsibilidade, segurança e confiança nos serviços de saúde. Os problemas do SNS têm raízes profundas, relacionam-se com o facto da saúde ser uma área de muitos interesses e esta moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, como outras por outros partidos políticos, servem-se disso mesmo, não para responder às reais necessidades das pessoas, mas como oportunismo político, explorando as dificuldades que têm surgido, mais obviamente nas urgências, provocando assim um sentimento de insegurança na população e, sobretudo, nos grupos mais afetados, como é o caso das grávidas. Mas não convence, nem apresenta medidas ajustadas para a solução dos problemas que outros se esforçam para resolver e, neste sentido,



não podemos de forma alguma concordar com o que foi aqui apresentado. Hoje, é reconhecido o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração do CHUA, nomeadamente nos investimentos já efetuados, como já aqui foi referido, a abertura do polo de Medicina Nuclear, em Portimão, e o respetivo equipamento, superando o que já era oferecido no setor privado. Outros investimentos foram e estão a ser desenvolvidos com a preocupação de criar melhores condições de trabalho, de motivação e atração de novos profissionais nas áreas da investigação e assistencial, tal como foi também, e isto também já aqui foi referido, recente a aquisição no âmbito do Algarve Medical Biomedical Center ABC, do mais avançado equipamento de TAC com tecnologia espectral registando-se, e este é, de facto, atualmente o único no país, estando previstos apenas três unidades para o nosso país. Uma delas é no Algarve. E, portanto, este aparelhinho custou só a módica quantia de 1 500 000 EUR. Esta moção torna-se assim inútil, num contexto de resolução de problemas, mas poderá ser útil enquanto manobra política do Bloco de Esquerda para disputar numa nova esquerda da qual já se retirou quando, em 2021, votou contra a proposta orçamental para 2022, provocando a queda do Governo e eleições antecipadas. Não havendo soluções mágicas para os problemas, a organização do setor da saúde depende fundamentalmente de quem nele trabalha, das opções políticas públicas de saúde de quem nos governa. Mas, em democracia, este processo só avança e se consolida se tivermos uma oposição mais construtiva, mais responsável, mais consequente e mais interessada na definição de novos caminhos de evolução possível do sistema de saúde português, o qual não se limitará ao serviço Nacional de Saúde, mas que importa defender e afirmar, na convicção de que a saúde que se faz bem poderá e deverá fazer-se melhor. Por isto, o Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar contra esta proposta.» -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e avançou para a recomendação “Pela manutenção e preservação das Alagoas brancas de Lagoa” e, para a apresentação da proposta, concedeu o uso a palavra ao senhor representante do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** leu a recomendação «Pela manutenção e preservação das Alagoas brancas, portanto, aqui na cidade de Lagoa. Considerando que as Alagoas brancas são uma zona húmida de água doce sazonal, localizada na cidade de Lagoa, trata-se de uma das últimas zonas húmidas que, certamente, estará na origem do nome de Lagoa, a pequena zona húmida alberga importantes valores naturais, entre os quais muitas espécies de aves das quais se destacam o íbis preto espécies de aves que se encontra incluída no anexo I da Diretiva das Aves, o que significa que é uma espécie de proteção prioritária a nível europeu. A zona húmida em causa não é de águas estagnadas alagando-se parcialmente durante o período de chuvas e é composta por linhas de água a céu aberto e que serve de esponja ou de recarga do aquífero. Com a destruição do habitat as aves que atualmente aí passam o inverno estarão em perigo de extinção iminente. Esta zona poderá ser considerada como uma área protegida, espaço de observação da natureza e de educação ambiental. Com o aterro da área, irá perder-se um valioso património e haverá a questão previsível de inundação de toda a área nos períodos de grande pluviosidade. Os responsáveis políticos poderão evitar um crime ambiental, colocando em causa valores superiores, como a conservação das espécies raras no nosso país, nomeadamente, o íbis preto conforme atestou a organização ambientalista algarvia Almargem. A Câmara Municipal de Lagoa aprovou a construção de uma urbanização comercial nesta pequena zona húmida. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR) auscultou a Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e considerou, em parecer




emitido, a necessidade de o loteamento das Alagoas brancas ser sujeito a uma avaliação de impacto ambiental. O parecer divulgado pelo Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), refere que é uma zona cársica com tectónica ativa, a qual pode colapsar por excesso de carga na superfície. A superfície freática desta zona é muito superficial. Após um período de seca extrema, os poços existentes naquela área mantiveram os níveis de água muito perto da superfície do solo, entre 80 e 100 cm de profundidade e, caso haja ocorrência de precipitação, o nível da água ficará ao nível do solo. Existe uma forte mobilização pública, como também o apoio da maioria dos partidos representados na Assembleia da República na salvaguarda das Alagoas brancas. Assim, a Assembleia Municipal de Lagoa, reunida a 21 de junho, recomenda à Câmara Municipal de Lagoa que as Alagoas brancas sejam protegidas face aos valores ecológicos em presença e que sejam classificadas como área protegida de âmbito local. Que solicite a avaliação de impacto ambiental sobre a construção do loteamento e que encontre o entendimento com os respetivos promotores do projeto, com o objetivo de encontrar um novo espaço para o referido loteamento a construir.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** dizendo que o Grupo Municipal do PSD pensa que, de alguma forma, os senhores Deputados e a Câmara Municipal e o senhor Presidente e a Mesa terão conhecimento, que apresentaram, recentemente, a posição do PSD Lagoa sobre aquela questão que, sendo honestos e sérios e dizendo as coisas como elas são, as Alagoas Brancas, como toda a baixa da zona de Lagoa, foi objeto, aliás, como toda a cidade de Lagoa, foi objeto do plano de urbanização da UP3, que é a cidade de Lagoa, há 15 anos. Não foi no século XVIII, nem no século XIX, foi há 15 anos. Teve parecer favorável de todas as entidades e esteve em discussão pública e não apareceu uma intervenção. Portanto, nesse assunto não há bons nem maus, não há santos nem pecadores. A questão é que, em cada momento, as pessoas apercebem-se de determinados factos. Aliás, há explicações científicas para perceber porque é que, a dada altura, apareceram mais aves nas Alagoas Brancas do que tinham aparecido antes e que teve a ver com os incêndios que ocorreram no parque Dona Ana, a recuperação que foi feita no parque Dona Ana, a seleção natural das espécies e, portanto, a debandada de algumas que não têm lá lugar, obviamente, foram à procura de outros lugares e ali foram. Não estava em causa ter uma atitude contrária à natureza, mas o que estava em causa é que, fruto de medidas legislativas, legais e não contestadas, particulares adquiriram direitos e não valia a pena vir com teses mirabolantes de que os particulares não têm direitos, porque o PSD, como crê que o PS e como crê que todas as forças políticas ali representadas não estão ali, nem nunca defenderam o interesse de um particular em concreto, têm que agir em função das circunstâncias e há particulares que adquiriram direitos. E qualquer direito seja a urbanizar, a construir, pode ser retirado, mas legalmente tem um custo que é a compensação. Não vale a pena fazer interpretações também habilidosas da lei, como já viram ali levar àquela casa, porque isso não era verdade. Uma coisa era existir um não exercício de um direito num determinado período que pode não dar indemnização, outra coisa era ter um direito adquirido pelo reconhecimento de um licenciamento, que era o caso. E, portanto, a situação, como há muito tempo o PSD assumiu publicamente, nesse aspeto, e tem vindo a dizer, e agora apresentou a sua concretização, é evidente que se puderem salvar as Alagoas brancas, ninguém ganha em que se perca. Também é evidente que o que estava previsto para ali, em termos de direitos dos particulares, não é um empreendimento ou é algo que seja impossível de concretizar noutro espaço ou que seja algo de novo e que já não existe em Lagoa. Não, é um empreendimento industrial, comercial, portanto, é algo que pode ser ponderado. Era preciso

perceber que, tal como está aquela zona quando se fala das Alagoas brancas, e a moção do Bloco de Esquerda era séria nisso, quando diz que é uma pequena zona húmida, porque era disso que estavam a falar, pois quando às vezes veem, já que se falou na Comunicação Social, alguns dos repórteres sobre aquela situação parece que estavam a falar de uma coisa de 100 hectares ou de 50 hectares, e não estavam a falar de nada disso, estavam a falar de dois ou três hectares, de forma relevante, em termos de área. Porém, se puderem ser pró-ativos, se puderem salvar essa área, o Partido Social Democrata acha que se deve fazer isso, mas tem que ser ponderado tendo em conta três coisas: o interesse ambiental, que é relevante, o interesse financeiro do município, que é relevante, e o interesse particular que, se não for relevante para ele, também não alinha. Portanto, há naquela área zonas que estão perdidas, que estão aterradas, que estão perfeitamente consolidadas em termos de uma utilização que não é natural da área e, assim, nessa área, há que ponderar e que negociar com a pessoa, a possibilidade de rentabilizar se haverá possibilidade de, noutras áreas, compensar o proprietário e, portanto, não ter que dar dinheiro diretamente, pois isso era relevante. Há todo um leque de soluções de compensação e de mitigação de algo, de encontrar alternativas com o particular e que, no final, poderão passar por alguma indemnização, mas uma coisa era indemnizar 1 milhão ou 2, outra coisa era indemnizar 7 ou 8. Ou o que for, porque a partir do momento em que alguém tem um direito, tem que haver um encontro de vontades entre os dois lados e, portanto, tem que se sensibilizar. E, por isso, iriam abster-se naquela moção, não porque não considerem que a moção está errada ao procurar defender as Alagoas brancas, mas porque parte de uma visão simplista do facto que é dizer, vamos à procura de outro terreno, trocamos com o senhor e estava o problema fica resolvido. Mas não há terrenos noutro lado que custem aquele dinheiro. E, portanto, a solução não é simplista, tem que ser uma solução negociada, mitigada e que envolva, provavelmente, o Estado, que envolva a vontade do particular em receber alguma coisa e ceder noutra, que envolva um conjunto de medidas que poderão e deverão ser tomadas para conseguirem o resultado que todos querem, da forma mais consensual. Disse ainda a posição que não é do PSD, mas é sua desde há algum tempo e já expressou publicamente, sobre aquele assunto, quando for possível chegar à solução com o particular e se essa solução pressupor, ainda assim, despende uma quantia significativa em dinheiro, pensa ser daquelas situações que justificam o referendo local, porque nenhum dos partidos que estão ali apresentaram-se a programa dizendo que iriam tomar qualquer ação relativa às Alagoas brancas. Portanto, quando uma medida não é, não está sufragada, deve ser sufragada porque foram eleitos para governar em prol dos lagoenses e não assumindo que sabem tudo o que os lagoenses querem e, portanto, esse deve ser o percurso, é um percurso difícil, a Câmara Municipal sabe, porque também já lhe disseram e também não precisavam dizer, porque o senhor Presidente sabe isso, que o PSD está interessado em resolver o problema da forma que mais interessa a Lagoa. Porém, não podem embarcar em soluções aparentemente simplistas, porque isso faz lembrar aquelas reuniões que acaba tudo aos abraçinhos, mas não se discutiu nada do assunto e, portanto, não é dizer, arranja-se um terreno, pomos lá o homem, fica-se com aquele e está tudo bem, porque não é assim. Porque há partes daquele terreno que estão inutilizadas, que se calhar, podem viabilizar para lá uma utilização que interessa ao particular, podem arranjar outras formas, podem compensar a diferença. Portanto, é algo que tem que ser trabalhado, que tem que ser visto com seriedade e com o foco naquilo que é o interesse. Não é com bandeiras, nem é com algo de muito fácil dizer que a questão se resolve, porque se fosse assim tão fácil, com certeza já estava resolvida. E terminou como começou, também o PSD não aceita que naquele assunto haja os bons e os maus, porque todos os que ali estavam a defender, a valorizar e a achar que alguém fez mal, nunca foram no tempo em que se podia ter evitado, dizer que se devia ter feito de maneira diferente. E, portanto, aquela era a posição, não iriam fazer declaração de voto, porque



entendiam que aquela explanação já justificava o voto daquela bancada. Iriam abster-se porque pensavam ser relevante, porque pensam que a moção em concreto, a não ser a proposta final, os considerados são sérios e estão corretos, nomeadamente ao reconhecer que há situações que, de facto, são ali valorizáveis ao propor, e bem, que ao se preservar as Alagoas brancas, será para ser uma área natural visitável q.b., e não como algumas opiniões que já ouviu dizer, que era muito bom para depois se fazer o parque municipal, mas isso seria não pôr uma utilização industrial, para depois pôr lá as pessoas em vez dos animais, como é óbvio e era completo desconhecimento. Agora, o que se possa desfrutar, com a devida salvaguarda, faz sentido e, portanto, pode haver e deve haver um esforço no sentido de se caminhar para uma solução, mas esse é um esforço que não é tão fácil assim, mas que acreditam que podem e, com vontade de todos e alguma sensibilização da parte do promotor, se possa atingir.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Braz da Silva.

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Ricardo Jorge Braz da Silva** cumprimentou os presentes e informou que a bancada do PS, em relação àquele assunto, tinha uma declaração de voto que passou a ler. «Desde o início do debate em torno das Alagoas brancas, o Executivo tem procurado conduzir este assunto sempre com total transparência, garantindo que todas as informações relevantes sejam disponibilizadas à população. É notável a maneira respeitosa e responsável com a qual têm conduzido todo o processo, levando em consideração as ordens judiciais e as decisões dos cidadãos. A Câmara Municipal de Lagoa tem mostrado uma postura sólida, responsável diante das decisões e deliberações tomadas pelos órgãos autárquicos anteriores, mesmo diante das mudanças de Executivo e dos partidos que o compõem. No ano de 2008, em reunião de Câmara, foi aprovado o plano de urbanização de Lagoa, UP3, com o parecer positivo de todas as entidades e competências na matéria, nomeadamente a APA, a CCDD e o ICNF. O plano esteve em discussão pública por mais do que uma vez e nenhum cidadão se pronunciou, nem contra nem a favor. Ao contrário do que é considerado pela recomendação do Bloco de Esquerda, é importante esclarecer que não foi a Câmara que aprovou a construção de uma urbanização comercial, mas sim a Assembleia, em 2008, ao aprovar o plano de urbanização da cidade de Lagoa. Esta decisão foi tomada democraticamente e reflete a vontade da comunidade local. Além disso, em 2013, o projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara, contando com parceiros favoráveis da APA, da CCDD e do ICNF. A análise técnica destes órgãos reconheceu a viabilidade do projeto, desvalorizando, mais uma vez, a biodiversidade existente no local. Existe uma decisão do Tribunal Administrativo Central que dá total legitimidade ao promotor e não reconhece o estudo da Almargem. Não respeitar esta decisão obrigaria o município a indemnizar o promotor numa quantia bastante avultada, podendo mesmo colocar a estabilidade financeira do município em causa. É importante frisar que este Executivo inscreveu o terreno das Alagoas brancas como área rústica na revisão do Plano Diretor Municipal, impedindo futuras urbanizações e construções na região. Esta ação demonstra um compromisso genuíno com a preservação do património natural do concelho. Nas considerações, quando é referenciado o ICNF, gostaríamos só de relembrar que esta entidade, num relatório emitido sobre as Alagoas brancas, considera que a área não apresenta valores que justifiquem essa classificação e que também não apresenta valores que justifiquem considerá-la como tendo importância para a avifauna. Com base nessas considerações, a bancada do PS irá votar contra a recomendação da bancada do Bloco de Esquerda.» -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** dando uma informação que o senhor Presidente da Câmara com certeza teria, mas o resto do pessoal parecia que não. O promotor, que ignoro quem seja, mas teve um parecer da APA que foi condicionado, ou seja, a APA para dar o parecer favorável, obrigou-o a fazer um determinado tipo de declarações de salvaguarda daquela água que ali fica e que a definição é mesmo água estagnada, porque a definição que foi lida significa água estagnada, para, fica ali quietinha. E portanto, se o próprio investidor já se sujeitou àquele tipo de situações, se a Câmara agora quiser fazer mais, qualquer coisa vai pagar e vai pagar com língua de palmo, mas isso era a sua opinião.-

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----


-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos**, declarou para concluir, e no seguimento da declaração de voto da bancada Municipal do PS, frisando que no PDM aquela zona foi apresentada como rústica e era verdade, mas o caso é que está aprovado lá, a tal urbanização. Também foi considerado no PDM uma zona não inundável e não pode ser, aquilo é uma zona inundável, mas no PDM está não inundável. Portanto, até é uma característica que vai contra a corrente e quem lá urbaniza, quem lá for fazer aquele tipo de obras e colocando as estacarias têm que saber em que terreno é que estão a pisar. Há também a informação de que aquele pavilhão que foi construído no recinto da Fatacil, as estacarias daquele pavilhão têm cerca de 17m de profundidade. Portanto, para atingir, para aquilo ter segurança, portanto, veja-se o que é que poderá acontecer ou a profundidade que irá lá, no outro sítio, portanto, das Alagoas brancas. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou que se iria proceder à votação da recomendação “Pela manutenção e preservação das Alagoas Brancas”, tendo sido rejeitada por dezasseis (16) votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista, seis (6) abstenções, três (3) do PSD, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro e três (3) votos a favor, um (1) do Chega, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU. Prosseguiu-se com a recomendação do louvor aos atletas dos treinadores, clubes e associações que obtiverem distinções de mérito desportivo na época 2021-2022 e para a sua apresentação, concedeu-se a palavra ao representante da bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** referiu que não iriam ler a recomendação de louvor, por ter sido facultada, sendo que a bancada Municipal do PS reitera um louvor que englobe todos os atletas, dirigentes, treinadores, clubes e associações que obtiveram distinções de mérito desportivo na época 2021-2022. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** disse que, à semelhança do que havia proposto na moção do Chega sobre a ACD Che Lagoense, faria exatamente a mesma recomendação ao PS relativamente àquela moção e por dois motivos. A



primeira é que os atletas, técnicos, clubes, dirigentes, enfim, já foram homenageados pelo município, já lhes foram atribuídas medalhas de mérito. O município já lhes prestou a homenagem devida e, portanto, não tem sentido nenhum estarem ali, em Assembleia Municipal, a dobrar um reconhecimento que já foi prestado pelo município. A segunda questão pela qual achava que devia ser retirada e deviam pensar muito nos argumentos aduzidos, pois quem lê os argumentos que estão na moção, mais parece uma proposta de mérito à Câmara Municipal de Lagoa ou ao município, e não aos atletas e aos clubes. A argumentação, na sua opinião, não estava correta, pois era aos técnicos e aos dirigentes e aos clubes, mas quem, no fundo, está a suportar aquilo tudo é o município não tinha jeito argumentar o que ali estava induzido. Assim, sugeriu que a moção fosse retirada porque, efetivamente, o reconhecimento do município já foi prestado àqueles dirigentes, àqueles atletas e àqueles clubes, àquelas modalidades sem sessão pública para toda a gente assistir. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos. -----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** dizendo não concordar que a recomendação de louvor fosse retirada. Era relativo à época desportiva de 2021-2022. Portanto, o município prestou a homenagem, mas ali era a Assembleia Municipal, que é um outro órgão. A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo e cada um vê as coisas da sua forma e, pronto, há que respeitar. Assim, era de realçar o contributo que o município de Lagoa tem dado aos clubes e às associações em termos financeiros, de transporte, de logística, cedência de espaço para treinar. Há também, portanto, que louvar em conta esse trabalho que aquele Executivo tem tido para com as associações ou clubes. E revê-se nessa situação e o Bloco de Esquerda aprova. Quis ainda referir dois pontos. A situação que não estava ali mencionada há, portanto, a Assembleia Municipal e isso que foi o que frisou anteriormente e havia ali uma outra situação, pois existia uma listagem com o nome das associações, dos dirigentes, dos atletas e essa listagem vem em documentos timbrados da Câmara, portanto, são documentos que foram elaborados pelos colaboradores da Câmara e questionou se tal era correto.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, respondeu não saber como é que o Grupo Municipal do Partido Socialista obteve os documentos. De qualquer modo, são documentos oficiais do município de Lagoa, portanto, não via qualquer inconveniente que eles estivessem juntos. São documentos oficiais facultados por uma entidade oficial, pelo que não via inconveniente em estarem juntos. Aliás, até porque é a expressão, precisamente, das pessoas que foram homenageadas e dos grupos e associações e estão disponíveis no site do município de Lagoa. Portanto, são do domínio público. Não se tendo registado mais intervenções, prosseguiu-se com a votação da recomendação de louvor aos atletas, dirigentes, treinadores, clubes e associações que obtiveram distinção de mérito desportivo na época 2021- 2022, que foi aprovada por unanimidade. -----

- Apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município; -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou se os senhores Deputados Municipais prescindiriam daquela parte, uma vez

que foram exaustivos suficientemente em relação às matérias do município, abrindo as inscrições. Foi concedida a palavra à senhora Deputada Municipal Maria Lurdes Rego Alemão. -

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria Lurdes Rego Alemão** colocando duas questões ao senhor Presidente em relação à Festa da Juventude. Por um lado, questionou qual foi o critério para a seleção das bandas música musicais que atuaram na Festa da Juventude. A segunda questão, prende-se com os sinais de indicação que estão junto à Escola de Artes Mestre Fernando Rodrigues, que continuam todos a cair aos bocadinhos e ninguém percebe o que lá está. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para resposta breve às questões colocadas. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** respondeu que a Festa da Juventude é um evento que não foi decidido pelo município de Lagoa, mas sim pensado pelos jovens, com os jovens, para os jovens. E o município de Lagoa respeita essa intenção, que foi no âmbito do orçamento participativo jovem, e respeita aquilo que são as propostas dos jovens. Eles fizeram, apresentaram as suas ideias, apresentaram as suas propostas e o município aceitou. Esse era o objetivo da Festa da Juventude e é assim que irão continuar apoiando, incentivando os jovens e a juventude do concelho a ter iniciativa, a preocupar-se com a dinamização do concelho e a apresentarem propostas e a participar na vida da comunidade. Esse era o compromisso com os jovens de Lagoa. -----


### **III – Período da Ordem do Dia-----**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu nota de que, por aditamento de 13/06/2023, que ali se deu por integralmente reproduzido, foram aditados à Ordem de Trabalhos, os pontos Sétimo a Décimo Terceiro, os quais fazem parte integrante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. -----

### **1º Ponto – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira em 31 de maio de 2023; -----**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu as inscrições e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** referiu ter solicitado, numa das Assembleias, naquele Ponto, ao senhor Presidente da Câmara que quando estivesse concluído o relatório da Fatacil fizesse chegar esse relatório aos membros da Assembleia Municipal. Na altura, o senhor Presidente concordou e, até à data, não receberam e fez notar esse pedido que foi feito. O outro assunto já tinha sido abordado por si em duas assembleias e voltava a falar. No relatório que é apresentado, nas páginas 31 e 32, fala-se nos aditamentos aos protocolos por força do período de greves que existiram nas escolas e continua a não estar mencionado qual foi o valor que foi retirado às AECs relativamente a esse período. Se houve protocolos que foram acrescentados e foram feitos aditamentos ali, questionou qual foi o acerto de contas. Continua, assim, informação a não ser prestada à Assembleia Municipal e gostaria que isso, numa próxima oportunidade, pudesse ser referenciado. A terceira questão



falou também na última Assembleia e voltava a falar que há relatórios que são feitos de acompanhamento de determinadas atividades de apoio à família ou outros, que são feitos e foi, na altura, solicitado que esses relatórios fossem dados conhecimento à Assembleia Municipal e, até à data, também não foi feito. Era mais um apontamento para que isso se pudesse vir a concretizar. E, por último, perguntou qual a situação do Silo em Ferragudo. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação apelando ao espírito de síntese. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** respondeu que, relativamente aos aditamentos, não era necessário pois iriam proceder a essa informação e fariam chegar a todos os Deputados da Assembleia, porque lhe parecia fazer todo o sentido. Relativamente à questão do relatório da Fatacil, estavam a elaborar esse relatório, logo a seguir à realização da mesma. Contudo, têm um problema sério de saúde com o responsável da mesma e não tem sido fácil para quem o substitui conseguir elaborar o mesmo. Mas têm esse compromisso e, obviamente, gostavam que fosse feito de forma exaustiva, mas irão apresentar o relatório possível. Têm contabilidade de custos, têm toda a informação que é necessária, mas, de facto, durante muito tempo, tiveram a esperança de que o técnico responsável, que era dirigente, pudesse regressar, mas isso não vai ser possível, infelizmente, pelas questões de saúde do próprio. Mas, obviamente, vão procurar dar a informação que for possível e retomar o trabalho que ele estava a fazer. E, por último, relativamente à questão do Silo, disse que tiveram que elaborar uma série de relatórios que estão a ser finalizados no sentido de, e não tinha muito a acrescentar àquilo que já disse, de aprovar em reunião de Câmara e, de seguida, remeter ao Tribunal de Contas. Não vão reiniciar os trabalhos, pelas alterações que foram feitas, enquanto não for aprovado em Câmara a proposta que têm. Houve uma reformulação do projeto, uma otimização do mesmo, porque aumenta os lugares de estacionamento e reduz o custo por estacionamento, mas, obviamente, era uma matéria que primeiramente terá que ser aprovada em Câmara e depois remetida ao Tribunal de Contas. O compromisso é que, logo que tenham isso finalizado, e esperam conseguir a qualquer momento, depois dar conhecimento, obviamente, como se impõe, à Assembleia Municipal, até porque é um projeto que foi aprovado na Assembleia Municipal e também porque é um plurianual e pelo montante envolvido, teve que ir à Assembleia. -----

**2º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2023, previsto na al. a) nº1 do art.º 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: -----**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou tratar-se de uma pequena revisão ao orçamento. Era sabido que o município, no âmbito da estratégia local de habitação, uma das propostas que apresentaram e que foi aprovada foi, para além da construção de novas habitações e da recuperação das 169 habitações que fazem parte do atual parque municipal, que é a grande fatia do valor da estratégia, que foi aprovada para Lagoa, também se comprometeram a adquirir a habitações na cidade ou noutros locais do concelho para serem reabilitados e depois serem colocados no




mercado ou para o 1º Direito ou para o arrendamento a custos controlados para aumentar a oferta de habitação no concelho. Obviamente que isso implica um esforço financeiro da autarquia e era verdade também que, dentro do património, existem muitos terrenos que não fazem sentido o município ter, nomeadamente terrenos em zona industrial. Portanto, terrenos em zona industrial que foram cedidos a título de compensação à autarquia, é entendimento do Executivo que devem ser colocados no mercado para as empresas que necessitam de se instalar nos parques industriais. E, por isso, numa primeira fase, decidiram proceder à alienação de lotes de terreno que tinham na zona industrial do Pateiro e a revisão orçamental que ali levam era no sentido de integrar e abrir aquelas rubricas por forma a que possam efetivar o negócio que fizeram. Obviamente, num orçamento, o valor da receita tem que ser compensado com a respetiva despesa e, naquele caso em concreto, a opção foi, e uma vez que é necessário fazer algumas intervenções na nave desportiva de Ferragudo, porque com a subida já referenciada da equipa feminina de basquetebol Sénior da ACD de Ferragudo à Liga Profissional, é necessário fazer algumas intervenções no pavimento, que também seria necessário, ainda que eles não subissem, porque já não estava em condições. E, portanto, vão aproveitar para alocar essas verbas para a substituição do piso da nave desportiva de Ferragudo e para a substituição do piso do Pavilhão Municipal Jacinto Correia que tem, seguramente, mais do que 10 anos, porque já lá existia quando chegou à Câmara e, portanto, ainda lá está e já apresenta algumas condições de deterioração e, portanto, é necessário substituir. Grosso modo é para essas duas intervenções e para outras pequenas intervenções que têm nas águas e saneamento e também na conservação, proteção do meio ambiente e conservação da natureza. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, tendo aberto o período de inscrições e não se tendo verificado qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta da revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2023, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**3º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de Geminação entre o Município de Lagoa e o Município Da Boa Vista (Cabo Verde), previsto na al. t) nº1 do art.º 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação informou que o município de Lagoa tem protocolos de geminação com algumas cidades na Europa e também em Cabo Verde. Atualmente, as geminações têm por objetivo estabelecer laços de cooperação entre cidades, entre povos. No caso europeu, atualmente, é mesmo fundamental até para se poder concorrer a programas que são financiados pela União Europeia. Naquele caso em concreto, o município de Lagoa foi abordado, não há muito tempo pelo município da Boa Vista, Ilha da Boa Vista, no arquipélago de Cabo Verde, que tem apenas um único município e que visitou o concelho de Lagoa. Há alguma relação que é externa ao próprio município, mas que tem a ver com cidadãos do concelho e empresas do concelho que, de forma solidária, promoveram o envio de algum material, ambulâncias e outro tipo de material de apoio para a Ilha da Boa Vista. Foi feito esse pedido de geminação e há, de facto, alguma similitude no ponto daquilo que é a principal atividade que a Ilha da Boa Vista tem, que é o turismo. Obviamente, que sendo um turismo que não tem o desenvolvimento que Lagoa tem e



o que o Algarve tem, mas está a despertar para a atividade. Baseia-se muito também no sol e praia, que é também a principal oferta de Lagoa. E tem ainda uma outra questão em que vão muito mais à frente do que Lagoa e que é a questão de sobreviverem, e esse é mesmo o termo, com dificuldades em obter água potável. Portanto, naquelas relações de geminação, é preciso também perceber e tem que haver ganhos para todas as partes, só faz sentido uma geminação quando há uma relação win-win e pensam que faz sentido partilharem as suas experiências enquanto município que vive essencialmente da atividade turística e também aprender com aquilo que é a experiência e os conhecimentos científicos que estão implementados na Ilha da Boa Vista, relativamente ao que é dessalinizar a água para poder utilizá-la para consumo e também fazer a reutilização das águas residuais, porque as principais unidades hoteleiras da Ilha da Boa Vista já utilizam esse sistema. Portanto, nesse sentido, ainda que tivessem sido também convidados pela Ilha do Sal para fazer o protocolo de geminação, pensam que fazia sentido fazê-lo com a Boa Vista e, por isso, aprovaram em Câmara e levam ali, obviamente, para a aprovação da Assembleia. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, abrindo as inscrições, deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarou, sucintamente que o grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente a proposta, porque também enquanto foi Executivo, sempre defendeu e, aliás, fez a primeira geminação com a São Domingos, também em Cabo Verde, e como o Presidente dizia e é absolutamente verdade, as geminações são sempre trocas de experiência e de aprendizagem. Evidentemente que as geminações com cidades europeias, municípios europeus e do continente americano muitas aprendemos mais com o que podem ensinar, mas faz todo sentido com o povo de Cabo Verde, dar todo o apoio e também colher toda a informação. Pensa que os africanos, de uma maneira geral, têm uma coisa para ensinar ao mundo que é como se pode ser feliz sem dinheiro nenhum e devem todos ajudá-los a eles poderem ajudá-los a compreender isso e também, já agora a melhorar, pois a Ilha da Boa Vista tem, de facto, muitos traços em comum com o concelho, nomeadamente porque vive essencialmente de turismo. Há, obviamente, muita coisa em que podem contribuir, mas a dificuldade da água, em que a deles é maior do que a de Lagoa, obviamente também pode ser e, portanto, naturalmente, que só poderiam estar a favor e corroborar essa decisão, pelo que iriam votar favoravelmente. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu, na ausência de mais intervenções avançou-se para a votação da proposta do protocolo de geminação entre o município de Lagoa e município de Boa Vista, Cabo Verde, que foi aprovada por vinte e quatro (24) votos a favor, dezasseis (16) do Partido Socialista, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) da CDU e um(1) do Bloco de Esquerda e uma (1) abstenção do Grupo Municipal do Chega. Seguidamente, e uma vez que faltavam 10 minutos para o término do tempo regimentalmente previsto para a sessão, a Mesa propôs, ao abrigo do artigo 26.º, n.º 2 do Regimento, que a sessão fosse prolongada por mais uma hora. Não se tendo registado oposição à proposta da Mesa, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

**4º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de construção do Parque**

Infantil de Carvoeiro, no valor global de 381.600,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, sendo de 190.800,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2023 e 190.800,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2024;-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação disse que, ainda que possam haver questões relativamente a cada um dos pontos que se seguiriam dali até ao final, até ao Décimo Terceiro Ponto, todos aqueles pontos, todas aquelas obras já foram previamente aprovadas pela Assembleia e estão todas inscritas no plano plurianual de investimento. Referiu ainda haver municípios, e gosta sempre de o referir, que têm o entendimento e a jurisprudência sobre essa matéria que diz não ser necessário levar novamente à Assembleia Municipal. Contudo, o entendimento daquele Executivo de que, ainda assim, deverá ir à Assembleia Municipal e por isso, do Quarto Ponto até ao Décimo Terceiro Ponto, embora já tenham sido aprovados pela Assembleia no plano plurianual de investimentos, aprovaram em Câmara e entenderam remeter à Assembleia para que a Assembleia se possa pronunciar sobre os mesmos, no que diz respeito, ao compromisso plurianual, uma vez que ultrapassam o compromisso que está delegado no Presidente da Câmara, que é até 100 000 EUR, para que possam cumprir as competências da Assembleia. Disse ainda estar disponível nos pontos seguintes para esclarecer qualquer dúvida. -----


-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita declarou ter uma questão, uma vez que tinha constatado também isso no fim de semana e também sabia que o município ia fazer outro parque infantil, mas só não compreendeu o porquê que se ter desativado o atual parque antes de existir o outro. Parecia-lhe muito mais cordial e, não percebendo, daí a questão. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para responder. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação esclareceu que aquilo que pretendiam era primeiro construir um novo e depois desativar aquele que lá estava. Contudo, houve uma derrocada na falésia, muito próxima do parque infantil e, à cautela, decidiram desativar o parque infantil. Havia uma proposta também, uma nova proposta para aquele espaço que não envolvesse crianças e um parque infantil. Contudo, decidiram também desativar aquele parque, construir um novo num outro terreno afastado daquela zona, não muito distante, mas afastado e vão proceder a um estudo geológico para perceber qual o estado em que a falésia se encontra para depois tomarem a decisão do que terão que fazer a seguir. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o esclarecimento e informou que se iria proceder à votação do Quarto Ponto da Ordem do Dia relativamente à empreitada de construção do parque infantil de Carvoeiro, tendo sido proposta aprovada por unanimidade. -----



**5º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada Lagoa + Sustentável – Fase 2 no Concelho de Lagoa, no valor global de 1.861.905,66€, com IVA Autoliquidação, sendo de 310.317,61€ com IVA Autoliquidação no ano de 2023 e 1.551.588,05€ com IVA Autoliquidação no ano de 2024;**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou que aquela empreitada trata de replicar no resto do concelho e de uma vez só, aquilo que fizeram em Porches. Começaram por criar o projeto, a fase um foi só na freguesia de Porches, com a colocação das ZMC, as Zonas de Medição e Controlo para poderem sectorizar as condutas e poderem medir a pressão dentro das mesmas. É fundamental para diminuírem as ruturas, para monitorizarem o estado em que a rede se encontra e tendo a particularidade que aquele tipo de projetos se enquadra dentro do plano de eficiência hídrica aprovado para o Algarve. É um projeto financiado e vão aproveitar uma vez que já têm o know-how que adquiriram com a fase número um que implementaram na freguesia de Porches e, portanto, vão replicar ao resto do concelho. Trata-se de uma obra financiada e podem ir até aos 100% e é para colocar em todo o concelho. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu nota de que avançaria para a votação do Quinto Ponto relativo ao concurso público de execução da empresa Lagoa Mais, a tal fase 2, no concelho de Lagoa, no valor de 1 861 905,66€, 310 317,61€ no ano de 2023 e 1 551 588,05 no ano de 2024. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**6º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para execução da empreitada de construção do Parque Urbano do Parchal, no valor global de 2.312.920,00€, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, sendo de 385.486,68€, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2023, 1.541.946,64€, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2024 e 385.486,68 €, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 6%, no ano de 2025;**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** referiu ser um projeto que já estava no plano plurianual de investimentos que já foi aprovado em Assembleia. Trata-se da construção, da edificação de um parque urbano nas traseiras do Pavilhão do Arade, 3.3ha, numa área cedida há bastante tempo ao município para equipamento e o município propõe-se com aquela obra, criar ali um pulmão verde na zona ocidental do concelho, com a construção de um percurso pedonal que se transforma depois numa pista de corta-mato quando for necessário. Tem as medidas oficiais em Portugal para uma pista de corta-mato, um pequeno lago, uma zona com equipamento geriátrico, parque infantil.

No fundo, podem permitir que, numa zona em que o concelho se está a desenvolver consideravelmente, possa também haver uma zona de fruição para as famílias. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, abrindo as inscrições deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** perguntou se existia sensibilidade para fazer chegar um esboço do projeto, como no Oitavo Ponto, em que vinha acompanhado do projeto que poderia ter sido remetido. A segunda nota que pensa que devia ficar aqui bem ciente, é a de que aquele espaço urbano, do ponto de vista dos instrumentos urbanísticos, estava previsto um novo equipamento. Foram feitas diligências nesse sentido e era bom que isso ficasse claro, para no futuro, ninguém dizer que desconhecia a situação e era bom reforçar porque lembra-se que levantou o problema quando foi da discussão do Silo de Ferragudo e julga que aquelas coisas têm que ficar acauteladas e tratadas corretamente, e também um instrumento de planeamento urbanístico para aquela zona, que não era aquele o equipamento, há uma alteração. E, portanto, pensa que tal devia ser bem referenciado para prevenir equívocos no futuro. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou à votação do Sexto Ponto, tendo sido aprovado por unanimidade. --

**7.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para Empreitada “Remodelação do pavilhão do serviço de águas”, no valor global de 583.001,77€, com IVA autoliquidação, sendo de 150.000,00€, com IVA autoliquidação no ano de 2023 e 433.001,77€, com IVA autoliquidação no ano de 2024; --**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou tratar-se de um projeto que está no plano plurianual de investimentos e disse que o município de Lagoa tem os serviços de Águas e Saneamento partilhados por vários edifícios e acreditam que, para o melhor funcionamento dos mesmos, e numa área tão exigente como é atualmente, é importante terem todos os serviços no mesmo espaço. Importa referir que o serviço de Águas e Saneamento tem as águas e o saneamento, tem os leitores-cobreadores, o relacionamento e atendimento ao munícipe que, no fundo, é que trata toda a parte da faturação. Portanto, são vários serviços que funcionavam, ainda que de forma coordenada, em espaços diferentes e, portanto, fisicamente diferentes. Pensaram, assim, para uma otimização do funcionamento, importa estarem todos no mesmo espaço. Têm essa possibilidade de crescimento na Cerca da Lapa e, portanto, a opção é criar condições e aquela obra servia para isso mesmo, para criar condições para centralizar todos os recursos humanos num único espaço, ficando lá o dirigente. A única exceção será a Chefe de Divisão da Divisão de Serviços Públicos essenciais, na medida em que é Chefe de Divisão, tem também outros serviços que não só as Águas e Saneamento e, portanto, fará sentido que fique num outro espaço e mais perto do Executivo. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de intervenções, procedeu-se à votação, tendo o Sétimo Ponto sido aprovado por unanimidade. -----

**8.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para empreitada de requalificação e criação do espaço gamboa no Convento de S. José, no valor global de 1.041.979,50€, com IVA incluído à taxa de 6%, sendo de 51.229,13€, com IVA incluído à taxa de 6% no ano de 2023 e 990.750,37€ com IVA incluído à taxa de 6% no ano de 2024; -----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação explicou ser uma obra que é repetente no sentido de que já foi aprovada na Assembleia, já foi lançada e o procedimento ficou deserto. Depois disso, encetaram internamente alguns procedimentos no sentido de perceber, pois voltaram a lançar e ficou deserto novamente. Assim, fizeram uma consulta ao mercado, no sentido de perceber qual seria o problema, talvez o preço, pelo que lançaram uma consulta informal ao mercado, um dos procedimentos que está previsto no Código da Contratação Pública e, curiosamente, também ficou deserta. Parece que têm um problema, mas vão acreditar que serão capazes de o resolver. Fizeram aquilo que, de forma empírica, se recomenda e que passa por incrementar o valor do preço no valor que é recomendado e que está na própria lei, que são mais 20% e vão fazer uma nova tentativa para ver se, assim, terão propostas para aquela obra. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita declarando que o Grupo Municipal do PSD estava de acordo com o mercado e que espera que o concurso continue a ficar deserto, porque desde o primeiro momento que disse que pensavam e continuam a pensar que o Convento de São José deve ser o Convento de São José. E podendo haver um Espaço Gamboa deveria ser noutra sítio, porque não veem daí grande mérito. Por isso, irão votar contra, sabendo que não vão influenciar a decisão da Assembleia Municipal, em termos de dar o ok, mas esperando que o mercado continue atento à votação do seu Grupo. ---

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita. -----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita cumprimentou os presentes e disse que, tal como o senhor Presidente mencionou, aqueles pontos já tinham sido todos abordados, inclusive aquele e, realmente, tinha razão. No entanto, a CDU não quis deixar de mencionar que a sua posição no ponto anterior, como já foi abordado, é e defende realmente a ideia da criação de um espaço para acolher as obras e o retrato da vida do Mestre Gamboa. Contudo, partilha exatamente da mesma opinião do Deputado Joaquim Cabrita, quando diz que realmente a desvirtualização do espaço com a requalificação e com obras, creem não ser a melhor opção, podendo vir a ser colocado num outro local. O Convento, já por si, acolhe diversas exposições temporárias de arte e a criação daquele espaço de Gamboa

possivelmente poderia promover noutro espaço que não fosse aquele, porque ao colocar um espaço físico que ocupe aquele espaço, talvez outras obras temporárias de outros artistas que, normalmente, já costumam ocupar o espaço, temporariamente. E, portanto, também ao nível do ponto de vista dos cidadãos, como já foi referido anteriormente, provavelmente iriam lá uma ou duas vezes e, provavelmente, já não iriam lá mais. Do ponto de vista turístico, provavelmente, Lagoa é procurado de outra forma que não seja exatamente para ir ver aquele tipo de local. Por essa razão, a bancada da CDU iria votar contra, não por não apoiar a ideia da criação do espaço, mas mais pelo local que está a ser designado naquele caso.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Usou da palavra, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** declarando subscrever aquilo que os senhores Deputados Joaquim Cabrita e João Cabrita disseram, tal como subscrevia o que foi apresentado como declaração de voto pelo Vereador, do PSD, Mário José Costa Vieira.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** referindo que para o Partido Socialista, o espaço que está criado e que se pretende criar para o espaço Gamboa é um espaço devido. Aliás, podem ver como o Palácio da Ajuda, o Museu do Tesouro da Coroa, num edifício moderno e não desvirtua o Palácio. Portanto, toda aquela obra não irá desvirtuar o Convento São José, de maneira nenhuma. Só vem otimizar, realmente, o que já lá se faz como espaço museológico e dando a elevação devida ao que foi o artista, realmente, na divulgação da sua obra e na elevação do nome de Lagoa, a nível não só internacional, mas também nacional.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não se tendo observado mais intervenções, seguiu-se a votação do Oitavo Ponto que foi aprovada com dezasseis (16) votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista, seis (6) votos contra, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda, um (1) da CDU, um (1) do Chega e três (3) abstenções do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro.-----

**9.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para aquisição de Pacotes de Leite, Pão e Mercarias para fornecimento aos estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho. Os pacotes de leite são no âmbito do regime escolar com financiamento IFAP, sendo o valor global de 200.653,46€ acrescido de IVA à taxa legal aplicável, discriminado por lotes, sendo o lote 1 no valor global de 50.872,34€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 9.200,99€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 9.202,22€ isento de IVA, no ano de 2023 e 32.469,13€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no ano de 2024; o lote 2 no valor global de 39.170,00€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 6.820,00€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 6.820,00€ isento de IVA, no ano de 2023 e 25.530,00€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no ano de 2024; lote 3 no valor global de 31.684,00€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 5.785,00€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 5.785,00€ isento de IVA, no ano de 2023 e 20.114,00€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no ano de 2024; lote 4 no valor global de 8.415,00€, acrescido de IVA à taxa**

legal aplicável, 1.402,50€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 1.402,50€ isento de IVA, no ano de 2023 e 5.610,00€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no ano de 2024; lote 5 no valor global de 41.357,01€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 6.379,20€, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, 6.379,20€ isento de IVA, 25.41€ acrescido de IVA à taxa legal de 13% e 3.601,62€, no ano de 2023 e 19.298,54€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, 39.75€ acrescido de IVA à taxa legal de 13% e 5.633,29€ acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024; lote 6 no valor global de 27.823,32€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 3.794,54€, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, 3.794,54€ isento de IVA, 15.63€ acrescido de IVA à taxa legal de 13% e 2.215,28€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2023 e 13.913,34€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, 28.65€ acrescido de IVA à taxa legal de 13% e 4.061,34€ acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024; o lote 7 no valor global de 1.331,79€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 153,02€, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, 153,02€ isento de IVA e 177.10€ acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2023 e 544.50€ acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 304.15€ acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024;-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação pediu permissão para apresentar conjuntamente os Pontos Nono, Décimo, Décimo Primeiro e Décimo Segundo, para depois serem votados em separado, por serem pontos diferentes. No fundo, trata-se do funcionamento das escolas, está dividido por lotes para poderem tornar mais eficaz e mais produtivo o procedimento relativo à aquisição dos bens que são essenciais ao funcionamento dos refeitórios das escolas de Lagoa.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e uma vez que não se registaram mais inscrições, procedeu-se à votação do Nono Ponto da Ordem do Dia. A proposta de autorização para o plurianual foi aprovada por unanimidade.-----

**10.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para aquisição de Frutas e Legumes e respetivos Sacos para acondicionamento. Inclui Fruta escolar no âmbito do regime escolar com financiamento IFAP, sendo o valor global de 184.581,55€ acrescido de IVA à taxa legal aplicável, discriminado por lotes, sendo o lote 1 no valor global de 15.556,74€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 1.455,25€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 2.954,59€ isento de IVA, no ano de 2023 e 11.146,90€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no ano de 2024; o lote 2 no valor global de 97.461,46€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 29.079,68€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 3.841,96€ isento de IVA, no ano de 2023 e 64.539,82€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no ano de 2024; lote 3 no valor global de 71.163,35€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 21.246,06€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 2.806,99€ isento de IVA, no ano de 2023 e 47.110,30€ acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no ano de 2024; lote 4 no valor global de 400,00€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 136,00€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2023 e 264,00€ acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024;-----**



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu o período de inscrições e, na ausência das mesmas, passou-se à votação da proposta que foi aprovada por unanimidade.-----

**11.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para aquisição de carnes frescas para confeção nos refeitórios escolares, no valor global de 122.779,26€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, discriminado por lotes, sendo o lote 1 no valor global de 35.253,35€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 6.859,29€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 6.859,26€, isento de IVA, no ano de 2023 e 21.534,80€, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, no ano de 2024; o lote 2 no valor global de 28.722,50€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 4.712,59€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 4.712,57 isento de IVA no ano de 2023 e 19.297,34€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% no ano de 2024; o lote 3 no valor global de 58.803,41€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, 6.037,80€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 6.037,79 isento de IVA e 9.799,37€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2023 e 20.385,44€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 16.543,03€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024;-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, tendo aberto as inscrições e não se tendo observado qualquer intervenção, avançou com o processo de votação, sendo o ponto aprovado por unanimidade.-----

**12.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público para aquisição de géneros alimentares congelados para confeção nos refeitórios escolares, no valor global de 146.313,60€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, discriminado por lotes, sendo o lote 1 no valor global de 76.595,85€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, sendo de 24.052,30€, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, 1.617,18€, isento de IVA e 4.200,50€, no ano de 2023 e 40.138,37€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 6.587,50€, acrescido de IVA à taxa legal de 23% no ano de 2024; o lote 2 no valor global de 53.096,65€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, sendo de 13.862,44€, acrescido de IVA à taxa legal de 6%, 1.035,70€, isento de IVA e 3.013,40€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2023 e 29.576,12€, acrescido de IVA à taxa legal de 6% e 5.608,99€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024; o lote 3 no valor global de 13.911,10€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, sendo de 4.637,03€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2023 e 9.274,07€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024; o lote 4 no valor global de 2.710,00€, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, sendo de 903,33€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ao de 2023 e 1.806,67€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024;-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, abriu o período de inscrições e deu o uso da palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----No uso da palavra, a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão solicitou que esclarecesse que tipo de alimentares congelados eram aqueles, especificando.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, por sua vez, delegou na senhora Vereadora Ana Cristina Tiago Martins a resposta à questão colocada.-----

-----Tomou a palavra a senhora Vereadora **Ana Cristina Tiago Martins** que cumprimentou os presentes e respondeu que os congelados previstos no procedimento são legumes, a carne e o peixe.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, na ausência de mais intervenções, avançou com o processo de votação, tendo a proposta aprovada sido aprovada por unanimidade.-----


**13.º Ponto - Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia do compromisso plurianual, prevista na alínea c.) nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao concurso público – Acordo Quadro - aquisição de serviços – ao abrigo do Acordo Quadro da ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (AQ-VS-2022), vigilância e segurança, no valor global de 306.631,02€, discriminado por lotes, sendo o lote 1 - Fatacil 2023 – Feira de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Lagoa, no valor global de 101.656,02€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2023 e o lote 2 - outros eventos do Município de Lagoa (Motonáutica, Comemorações 25 abril, Festa da Juventude, Lagoa Wine Show, Carvoeiro Black & White, Mercado à Luz das Velas, Espetáculo Comemorativo 250 anos, Largo Auditório, Festa Popular Comemoração 250 anos, Recinto Fatacil, Lagoa Jazz, Festival do Caracol Porches, Prova de Mar - Jorge Lamy, Campeonato Nacional Futvolei, Festa Religiosa de Ferragudo, Mostra do Doce Conventual, Festa Nossa Srª da Luz, Feira de Natal, no valor global de 204.975.00€, sendo de 102.487,50€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2023 e 102.487,50€, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, no ano de 2024.-----**

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para apresentação da proposta.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou que o município recorreu ao Acordo Quadro de aquisição de serviços ao abrigo do Acordo Quadro de ESPAP, Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública para que possam contratar os serviços de segurança de que necessitam para os muitos eventos que realizam. Ao contrário de outras áreas, aquela é uma área que é profusa em ter muitas empresas candidatas, o que muitas vezes atrapalha todo o processo de contratação pública com litigância e reclamações e por isso, recorreram porque já houve um concurso público e as empresas que estão no Acordo Quadro, então, o processo é muito mais simples e muito mais eficaz.-----


-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e uma vez que não se registaram mais inscrições, procedeu-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade. De seguida, e uma vez finalizada a Ordem do Dia, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no artigo 34 n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 57.º n.º 3 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Não se tendo observado oposição à proposta apresentada, considerou-se a mesma aprovada por unanimidade. Consequentemente, deu o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato** cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: «Muito boa noite a todos. O senhor Presidente da Assembleia saudou pormenorizadamente os presentes, lembrou a necessidade por parte de todos do cumprimento das regras e atuações necessárias que garantam o normal funcionamento dos trabalhos, bem como a sua transmissão, gravação em vídeo e som. Foi destacado o facto de que nos dias 13 e 14 de maio, o município sofreu um ataque informático que afetou todo o sistema informático e, conseqüentemente, procedimentos e funcionalidades inerentes. Foi enaltecido todo o empenho, dedicação e esforço efetuado por parte dos colaboradores da Câmara Municipal de forma a reverter a situação e no que se refere ao funcionamento desta sessão foram garantidos dois hotspot de forma a todos poderem aceder à Internet. Período de intervenção dos cidadãos – o senhor Presidente esclareceu que só houve um cidadão inscrito e deu a palavra ao cidadão Bruno Silva. De seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para respostas e esclarecimentos. Período Dois de Antes da Ordem do Dia. Leitura do expediente - uma vez que todo o expediente que deu entrada nos serviços, foi divulgado por todos, foi prescindida a sua leitura por unanimidade. Suspensão do mandato - o senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada nos serviços da Assembleia, no dia 20 de junho, um pedido de suspensão do mandato da senhora Deputada Municipal Rute Sobreira, por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro e esclareceu que se trata do terceiro período de suspensão e com fundamento no Regimento, que embora com base no Regimento do artigo 4.º, n.º 4 do Regimento, a suspensão que por uma vez ou cumulativo ultrapassa 363 dias no decurso do mandato, constitui, de pleno direito, de renúncia ao mesmo, salvo se, no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo, o interessado manifestar por escrito a vontade de retomar funções. Substituição de Deputados ou Vereadores Municipais - o senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa dois pedidos de substituição, um por parte do Grupo Municipal do PSD e um por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro. Apreciação e deliberação das atas - estiverem em análise e discussão a ata n.º 1 de 2023 da Sessão Ordinária de 15/02/2023 e a ata n.º 2 de 2023 da Sessão Extraordinária de 01/03/2023. O senhor Presidente abriu o período de análise e debate referente à ata n.º 1 de 2023. Face à ausência de vontade de pronúncia, a ata n.º 1 de 2023 foi colocada à votação, sendo aprovada sem votos contra. De seguida, aberto o período de análise e reparo para a ata n.º 2 de 2023. Face à ausência de vontade de pronúncia, a referida ata foi aprovada por unanimidade. Intervenções dos Grupos Municipais para apresentações de votos, de moções e recomendações, bem como a apresentação e discussão de assuntos de interesse do município. O senhor Presidente da Assembleia informou que, dentro dos prazos, deram entrada na Mesa, um voto de louvor ao Sporting Clube Farense, apresentada pela senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, do Grupo Municipal Chega. Foi aberto o período de análise e debate. Verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intervenções, o voto de louvor foi posto à votação, tendo sido reprovado com 19 votos contra, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, e 4 votos em abstenção, 3 do PSD, 1 da CDU, e 2 votos a favor, 1 do Grupo Municipal Chega e 1 do Bloco de Esquerda. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. Voto de louvor à equipa de Badminton da ACD Che Lagoense, apresentada pela senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão do Chega. O senhor Presidente abriu o período de análise e debate. Verificaram 7 intervenções, 2 por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, 2 por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Luís Ribeiro, uma por parte do Grupo Municipal do Chega, da Deputada Municipal Maria Lurdes Alemão, uma por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita e uma por parte do



Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos. Face à ausência de mais intervenções, o referido voto de louvor foi colocado à votação, esclarecendo o senhor Deputado do Movimento Lagoa Primeiro, Diamantino Ruivinho solicitou escusa da votação, tendo sido o voto aprovado por maioria, com 13 votos a favor, 10 do PS, 1 do Chega, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da CDU e 11 votos em abstenção, 6 do PS, 3 do PSD e 2 do Movimento Lagoa Primeiro. “Moção Programa de Inovação Social - forças de segurança”, apresentada pela Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, do Grupo Municipal do Chega. Aberto o período de análise e debate, verificaram-se 5 intervenções, uma por parte do PS, da Deputada Municipal Maria Licínia Lourenço, 2 por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal José Alves Pinto e do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos e uma por parte do grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intervenções, a moção foi posta à votação e foi reprovada por maioria, com 24 votos contra, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da CDU e 1 voto a favor por parte do Grupo Municipal do Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. “Moção Implementação de literacia financeira nas atividades extra curriculares escolares”, apresentada pela senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, do Grupo Municipal do Chega. Tendo aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Carlos Ramos. Face à ausência de mais intervenções, a moção foi posta à votação e foi reprovada por maioria com 21 votos contra, 16 do PS, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda, 1 da CDU, 3 votos em abstenção do Grupo do Movimento Lagoa Primeiro e 1 voto a favor do Grupo Municipal do Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. “Moção Construção de um cemitério para animais de companhia” apresentada pela Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão, do Grupo Municipal Chega. Tendo-se aberto o período de análise e debate, verificaram-se 2 intervenções, uma por parte do Grupo Municipal do PSD, da Deputada Municipal Cristina Mosteias e uma por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Luís Ribeiro. Face à ausência de mais intervenções, a referida moção foi colocada à votação, sendo reprovada por maioria com 22 votos contra, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 2 votos em abstenção, 1 por parte do Bloco de Esquerda e 1 por parte da CDU e 1 voto a favor por parte do Grupo Municipal do Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. “Moção Reabertura imediata da maternidade dos serviços de pediatria do hospital de Portimão”, apresentada pelo Deputado Municipal Jorge Ramos, do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. Aberto o período de análise e debate verificaram-se 9 intervenções, 4 por parte do Grupo Municipal do PS, 2 do Deputado Municipal Vítor Sobral, 2 do Deputado Municipal Luís Ribeiro, 2 por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos, uma por parte do grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita e 2 por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal José Alves Pinto e do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho. Face à ausência de mais intervenções a moção foi posta à votação, tendo sido reprovada por maioria com 16 votos contra, 16 do PS, 9 votos a favor, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Chega, 1 da CDU e 1 do Bloco de Esquerda. Foi apresentada uma declaração de voto por parte do Grupo Municipal do PS. “Recomendação pela manutenção e preservação das Alagoas Brancas em Lagoa”, apresentada pelo Deputado Municipal Jorge Ramos, do grupo Municipal do Bloco de Esquerda. Aberto o período de análise e debate verificara-se 4 intervenções, uma por parte do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita, uma por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Ricardo Silva, uma por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal José Alves Pinto e uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos.


Face à ausência de intervenções, a recomendação foi colocada à votação, foi reprovada por maioria com 16 votos contra do PS, 6 votos em abstenção, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, e 3 votos a favor, 1 do Chega, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da CDU. Foi apresentada declaração do voto por parte do Grupo Municipal do PS. Recomendação de louvor do PS aos atletas, dirigentes, treinadores de clubes e associações, que obtiveram distinção do mérito desportivo na época 21/22, apresentada pelo Deputado Municipal Luís Ribeiro do Grupo Municipal do PS. Aberto o período de análise e debate, verificaram-se 2 intervenções, uma por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, Deputado Diamantino Ruivinho e uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos. A recomendação foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. Nenhuma declaração do voto foi apresentada. Aberto o período de apresentação e discussão dos assuntos de interesse do município, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do Chega, da Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão. De seguida foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para respostas e esclarecimentos. Ponto 3 do Período da Ordem do Dia - o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o aditamento dos Pontos 7.º ao 13.º. Informação escrita do senhor Presidente da Câmara - aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho. Na ausência de mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia suscitou o senhor Presidente para que respondesse e esclarecesse as questões suscitadas. 2.º Ponto – apreciação e deliberação da segunda revisão orçamental. O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta. De seguida, foi aberto o período de análise e debate. Face à ausência de intenções de intervenção, o 2.º Ponto foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade. 3.º Ponto – apreciação e deliberação dos protocolos de geminação entre o município de Lagoa e o município da Boa Vista, Cabo Verde. O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta. Aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intervenções, o 3.º Ponto foi posto à votação e foi aprovado por maioria, com 24 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Bloco de Esquerda, 1 da CDU e 1 voto em abstenção do Grupo Municipal Chega. Nenhuma declaração de voto foi apresentada. O senhor Presidente da Assembleia, ao abrigo do Regimento pôs à análise e aprovação, o prolongamento dos trabalhos por mais uma hora. A proposta foi aprovada por unanimidade. 4.º Ponto da Ordem de Trabalhos – apreciação e deliberação do compromisso plurianual da empreitada para construção do parque infantil em Carvoeiro. O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta, que esclareceu que os Pontos do 4.º ao 13.º, todas as obras foram aprovadas por esta Assembleia inscritas em plano plurianual de investimentos. Aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita. Face à ausência de mais intervenções, o 4.º Ponto foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade. 5.º Ponto – apreciação e deliberação do compromisso plurianual de execução da empreitada, Lagoa mais sustentável, fase 2. O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta. Aberto o período de análise e debate, e face à ausência de intervenções, o 5.º Ponto foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade. 6.º Ponto – apreciação e deliberação sob proposta da Câmara do compromisso plurianual para construção do parque urbano no Parchal. O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta. Aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do Movimento Lagoa Primeiro, do Deputado Municipal Diamantino Ruivinho. Face à ausência de mais intervenções o 6.º Ponto foi colocado à votação e foi aprovado por unanimidade. 7.º Ponto – apreciação e deliberação sob proposta da Câmara



da autorização prévia do compromisso plurianual para remodelação do pavilhão de serviço de águas. O senhor Presidente da Assembleia concedeu palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta. Aberto o período de análise e debate, e face à ausência de intenções de intervenção, o 7.º Ponto foi aprovado por unanimidade. 8.º Ponto da Ordem de Trabalhos - Compromisso plurianual de requalificação e criação do espaço Gamboa. O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta. Aberto o período de análise e debate, verificaram-se 4 intervenções, uma por parte do Grupo Municipal do PSD, do Deputado Municipal Joaquim Cabrita, uma por parte do Grupo Municipal da CDU, do Deputado Municipal João Cabrita, uma por parte do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do Deputado Municipal Jorge Ramos e uma por parte do Grupo Municipal do PS, do Deputado Municipal Vítor Sobral. Face à ausência de mais intervenções, o 8.º Ponto foi posto à votação e foi aprovado por maioria com 16 votos a favor do PS, 6 contra, 3 do PSD, 1 do Chega, 1 do Bloco de Esquerda, 1 da CDU e 3 votos em abstenção do Movimento Lagoa Primeiro. 9.º Ponto - apreciação e deliberação de concurso plurianual de aquisição de pacotes de leite e mercearias para escolas. O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta, que manifestou intenção de fazê-lo relativamente aos pontos 9.º, 10.º, 11.º e 12.º. Aberto o período de análise e debate e face à ausência de intervenções, o 9.º Ponto foi aprovado por unanimidade. 10.º Ponto - aquisição de frutas e legumes e respetivos sacos. Aberto o período de análise e debate, nenhuma intervenção foi registada e o 10.º Ponto foi aprovado por unanimidade. 11.º Ponto - Aquisição de carnes frescas para confeção de refeições escolares. Aberto o período de análise e debate, e face à ausência de intervenções, o 11.º Ponto foi aprovado por unanimidade. 12.º Ponto - aquisição de géneros alimentares congelados para confeção de refeitórios. Aberto o período de análise e debate, verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do Chega, da Deputada Municipal Maria de Lurdes Alemão. Por solicitação do senhor Presidente da Câmara, foi esclarecida pela senhora Vereadora Ana Martins e, face à ausência de intervenções, o 12.º Ponto foi posto à votação e foi aprovado por unanimidade. 13.º Ponto - Compromisso plurianual de Acordo Quadro - aquisição de serviços de vigilância e segurança para vários eventos do município. O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para defesa da proposta. Aberto o período de análise e debate e, face à ausência de intervenções, aberto o período de votação, o 13.º Ponto foi aprovado por unanimidade.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se havia alguma correção, retificação e reparo em relação à proposta de ata em minuta por parte dos senhores Deputados Municipais. Na ausência de intervenções, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade a ata em minuta. Aprovada a minuta, declarou encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 21/06/2023.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,



José Manuel Correia Águas da Cruz

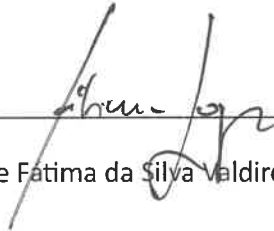
O 1º Secretário,



---

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

A 2ª Secretária,



---

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes

